

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

(a) como emissora, **LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 1619, Centro, CEP 20020-080, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.620.646/0001-98, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

(b) como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da segunda emissão de oferta pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única da Emissora ("Debenturistas", e individualmente "Debenturista"), **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

E ainda, como "Interveniente Anuente",

(c) **LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.** sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 1622, e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.928.273/0001-02, (sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Interveniente Anuente referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

Vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com

Esforços Restritos de Colocação, da **LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.**, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476") ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 18 de julho de 2012 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59, da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS**

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Da Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA**

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão também não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA"), por se tratar de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### **2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação da Ata da AGE**

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 26 de julho de 2012 sob o n.º 00002361380 e, em seguida, foi publicada (i) no Diário Oficial do Estado do Rio de

Janeiro e (ii) no jornal Diário Mercantil em 2 de agosto de 2012, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.3. Registro da Escritura de Emissão**

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar 1 (uma) via original de eventuais aditamentos, devidamente registrados, ao Agente Fiduciário e uma cópia à CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”).

### **2.4. Registro para Colocação e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15, da Instrução CVM n.º 476 e mediante cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17, da Instrução CVM n.º 476.

### **2.5. Projeto de Infra-Estrutura Considerado como Prioritário pelo Ministério de Minas e Energia**

2.5.1. A presente Emissão enquadra-se no artigo 2º da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011 (“Lei n.º 12.431”) para implementação do Projeto considerado como prioritário nos termos da Portaria n.º 47 do Ministério de Minas e Energia datada de 6 de fevereiro de 2012, bem como da Portaria do Ministro de Estado de Minas e Energia n.º 386, de 26 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial em 28 de junho de 2012.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

**3.1. Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única.

**3.2. Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 100 (cem) Debêntures.

**3.3. Valor Total da Emissão:** O valor nominal total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definido, será de até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ("Valor Nominal Total").

**3.4. Destinação de Recursos:** Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados à implantação de um sistema de transmissão objeto do leilão ANEEL n.º 05/2009 contemplado no Contrato de Concessão n.º 003/2010 – Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL"), Lote B, celebrado em 12 de julho de 2010 entre a Emissora e a União Federal, por intermédio da ANEEL, conforme alterado ("Contrato de Concessão"), e composto (i) pela Linha de Transmissão Pirapora 2 – Montes Claros 2, com 162km de extensão em 345kV; e (ii) pelas subestações de Itabirito 2 em 500/345kV e Padre Fialho em 345/138kV, todas no Estado de Minas Gerais ("Projeto").

**3.5. Número da Emissão:** Esta Escritura de Emissão representa a segunda emissão de Debêntures da Emissora.

**3.6. Banco Mandatário e Agente Escriurador:** O banco mandatário da presente Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Conceição, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador é o Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriurador").

**3.7. Objeto Social da Emissora:** A Emissora tem como seu objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões

estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

**3.8. Aquisição Facultativa:** Nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora poderá, a partir do 10º (décimo) ano a contar da Data de Emissão (conforme definido abaixo) adquirir Debêntures em circulação, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora deverão ser canceladas pela Emissora.

**3.9. Procedimento de *Bookbuilding*:** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, a ser realizado, pelo Coordenador Líder, no âmbito da Oferta Restrita, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, juntamente com a Emissora, da taxa de juros final da Remuneração (conforme definido abaixo), e em observância às disposições de ofertas com esforços restritos de colocação da Instrução CVM 476 ("Procedimento de *Bookbuilding*").

3.9.1. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão ("Aditamento") para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de AGD (conforme abaixo definido) para aprovação do Aditamento.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços de colocação a qual será realizada pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 510, 10º a 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.522.368/0001-82, na qualidade de coordenador líder

da Oferta Restrita (“Coordenador Líder”), conforme o “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Melhores Esforços, da Segunda Emissão da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.” a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora (“Contrato de Distribuição”).

4.1.2. No âmbito da Oferta Restrita, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observadas as disposições do artigo 3º, parágrafo único, da Instrução CVM n.º 476 referente aos fundos de investimentos.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será o de investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109, da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, ainda, o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM n.º 476 (“Investidores Qualificados”).

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM n.º 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula Quarta (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

## **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de agosto de 2012 (“Data de Emissão”).

## **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. A partir da Data de Emissão o Valor Nominal Unitário e, a partir do término do Período de Carência (conforme definido abaixo), o saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA") apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IBGE" e "Atualização", respectivamente), sendo o produto da Atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário Atualizado") conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de números-índices considerados na atualização das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;
- $NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, corresponderá à última projeção disponível do valor do número-índice do IPCA do mês de atualização, conforme definido abaixo;
- $NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

Os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditamento à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas.

4.3.2.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizado, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA disponível até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.3.2.2. Nas hipóteses de restrição, impossibilidade de uso, ausência ou suspensão de apuração e/ou de divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de IPCA"), ou ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o IPCA deverá ser substituído por seu substituto legal. No caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia



geral de debenturistas (“AGD” ou “Assembleia Geral de Debenturistas”) na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula Sétima abaixo, para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser o mais semelhante possível do IPCA, ou o que melhor refletir os índices de preços utilizados em operações similares (“Taxa Substitutiva”). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou judicial do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, o último IPCA divulgado oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de atualização para as Debêntures.

4.3.2.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização das Debêntures.

4.3.2.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, fica desde já certa e acordada a utilização do Índice Geral de Preços de Mercado IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”).

#### **4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária com garantia adicional, a ser convolada em espécie com garantia real, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

#### 4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie da espécie quirografária com garantia adicional, a ser convolada em espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

#### 4.6. Forma e Preço de Subscrição e Integralização

Cada uma das Debêntures será subscrita no mercado primário e integralizada à vista por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

#### 4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

Ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), o vencimento das Debêntures ocorrerá em 15 de abril de 2029 ("Data de Vencimento").

#### 4.8. Amortização do Principal

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado mensalmente no dia 15 de cada mês a partir de 15 de julho de 2020, correspondente à data do término do prazo de carência ("Período de Carência"), e observado o disposto no item 4.17. desta Escritura de Emissão (cada data de pagamento do principal, uma "Data de Pagamento do Principal"), nos percentuais previstos abaixo:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Jan</b>	--	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	5,137%
<b>Fev</b>	--	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	5,137%
<b>Mar</b>	--	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	5,137%
<b>Abr</b>	--	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	5,131%
<b>Mai</b>	--	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	--
<b>Jun</b>	--	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	--
<b>Jul</b>	0,345%	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	--
<b>Ago</b>	0,345%	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	--
<b>Set</b>	0,345%	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	--

<b>Out</b>	0,345%	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	--
<b>Nov</b>	0,345%	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	--
<b>Dez</b>	0,345%	0,056%	0,197%	0,351%	0,513%	0,687%	0,871%	1,764%	2,010%	--

#### 4.9. Remuneração

A partir da Data de Emissão as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a taxa de juros de até 9% (nove por cento) ao ano, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* a ser conduzido pelo Coordenador Líder, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e incidirá sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado e, após a primeira Data de Pagamento do Principal nos termos do item 4.8. acima, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures (“Remuneração”).

4.9.1. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou seu saldo, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

*taxa* = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro casas decimais), conforme definida no Procedimento de *Bookbuilding*;

DP = Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data do cálculo, exclusive, sendo DP um número inteiro.

4.9.2. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no último dia do Período de Carência, exclusive no caso do primeiro Período de Capitalização, ou que se inicia na data de vencimento da Remuneração imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do vencimento seguinte da Remuneração das Debêntures, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

#### **4.10. Pagamento da Remuneração**

Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, no dia 15 de cada semestre a partir do término do Período de Carência e até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2020 e o último pagamento em 15 de abril de 2029, observado o disposto no item 4.17. desta Escritura de Emissão (cada data de pagamento da Remuneração uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.10.1. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

#### **4.11. Repactuação**

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.12. Aditamento à Presente Escritura de Emissão**

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, desde que aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD, quando houver, nos termos desta Escritura de Emissão, e posteriormente

arquivados na JUCERJA e registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

#### **4.13. Vencimento Antecipado**

Nas seguintes hipóteses as Debêntures ou serão consideradas automaticamente vencidas ou, conforme o caso, seu vencimento antecipado será submetido à deliberação dos titulares das Debêntures em circulação, reunidos em AGD, nos termos dos itens 4.13.2. a 4.13.6. abaixo, para fins de exigência imediata do pagamento pela Emissora do Valor Nominal Total devidamente atualizado nos termos do item 4.3.2. desta Escritura de Emissão e acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento decorrente da configuração do vencimento antecipado das Debêntures:

- (a) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária pela Emissora e/ou pela Interviente Anuente, inclusive, mas não limitado, a qualquer obrigação pecuniária: (i) decorrente das Debêntures, desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Distribuição; (ii) decorrente do Contrato de Concessão; ou (iii) decorrente do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito n.º 12.2.0247.1 celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e a Emissora, com interveniência de terceiro “Contrato de Financiamento BNDES”;
- (b) inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária pela Emissora e/ou pela Interviente Anuente não sanada no prazo definido para tanto e, na ausência de tal especificação, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, inclusive, mas não limitado, a qualquer obrigação não pecuniária: (i) decorrente das Debêntures, desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Distribuição; (ii) decorrente do Contrato de Concessão; ou (iii) decorrente do Contrato de Financiamento BNDES;
- (c) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Contrato de Cessão;
- (d) o descumprimento da obrigação prevista no item 4.20.1.5. desta Escritura de Emissão, observado o prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da notificação a respeito do referido inadimplemento;
- (e) o descumprimento da obrigação prevista no item 4.20.7. desta Escritura de Emissão, observado o prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da

notificação a respeito do referido inadimplemento;

(f) alteração, fora do mesmo “Grupo Econômico” da Emissora, assim entendido como (1) o grupo de empresas privadas que estejam, direta ou indiretamente, sob o mesmo controle acionário; (2) o grupo de empresas estatais, de âmbito estadual ou municipal, que estejam, respectivamente, vinculadas, direta ou indiretamente, a um mesmo Estado ou a um mesmo Município; ou (3) o grupo de empresas estatais de âmbito federal que esteja, direta ou indiretamente, sob controle de uma mesma empresa estatal federal, do controle efetivo, direto ou indireto, da Emissora, sem anuência prévia e expressa da ANEEL e do BNDES;

(g) ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que afete em caráter adverso as Garantias (conforme definido a seguir);

(h) inclusão, em acordo societário, estatuto social ou contrato social, conforme aplicável, da Emissora ou das sociedades controladoras da Emissora, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes das Debêntures e/ou do Contrato de Financiamento BNDES;

(i) a constituição de penhor ou gravame sobre os Direitos Creditórios (conforme abaixo definido), exceto pelas Garantias, sem a autorização prévia dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação;

(j) aplicação dos recursos decorrentes da Emissão e do Contrato de Financiamento BNDES em finalidade diversa daquela descrita no item 3.4. desta Escritura de Emissão;

(k) autuações ou notificações impondo sanções ou penalidades pelos órgãos governamentais de caráter ambiental, ou autuações de caráter fiscal, regulatório, ou de defesa da concorrência, entre outros, que afetem significativamente a capacidade operacional, legal ou econômico-financeira da Emissora;

(l) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Interveniente Anuente que afetem a capacidade operacional da Emissora e/ou a validade,

exequibilidade ou condições da Emissão;

(m) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de pedido autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora;

(n) protesto legítimo de títulos no valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) contra a Emissora, que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados da realização do referido protesto, salvo se (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou Interveniente Anuente, conforme o caso, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M);

(o) inclusão legítima da Emissora em qualquer cadastro de proteção ao crédito, que não seja sanado ou declarado ilegítimo no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, contados da referida inclusão que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes das Debêntures e/ou do Contrato de Financiamento BNDES, ou que afetem significativamente a capacidade operacional, legal ou econômico-financeira da Emissora;

(p) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou sentenças judiciais transitadas em julgado em valor individual ou agregado com relação a cada exercício social, de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para as quais a Emissora não tenha feito provisão para pagamento;

(q) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas e que comprovadamente venha a impactar na capacidade de pagamento da Emissora;

(r) arresto, sequestro, penhora ou oferta de bem em garantia, ou qualquer outra forma de constrição de bens da Emissora, ou constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre os bens da Emissora que não sejam liberados no prazo de 10 (dez) dias seguintes a qualquer desses eventos, a não ser que autorizados

previamente por escrito pelos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, reunidos em AGD; e

(s) inadimplemento do disposto no item 4.19.3. desta Escritura de Emissão.

4.13.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima (cada um uma “Hipótese de Vencimento Antecipado”), comunicar na mesma data o Agente Fiduciário, para que este tome as providências devidas.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado indicadas nos incisos (a), (c), (d), (e), (j), (m), (n), (o), (r) e (s) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independentemente da convocação de AGD ou notificação à Emissora.

4.13.3. Na ocorrência das Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas nos demais incisos do item 4.13. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, ou for assim informado pelos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima abaixo e o quorum específico estabelecido no item 4.13.4. abaixo.

4.13.4. A AGD de que trata o item 4.13.3. acima, que será instalada observado o quorum previsto no item 7.5. desta Escritura de Emissão, poderá optar, por deliberação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

4.13.5. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada no item 4.13.3. por falta de quorum ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.13.4. acima pelo quorum mínimo de deliberação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.6. Em qualquer caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, seja automático, seja declarado pelo Agente Fiduciário nos termos dos itens 4.13.3.,



4.13.4., e 4.13.4. acima ("Vencimento Antecipado"), a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação devidamente atualizado nos termos do item 4.3.2. desta Escritura de Emissão e acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da realização da AGD nos termos do item 4.13.3. acima, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios previstos no item 4.14. desta Escritura de Emissão, desde a data do efetivo inadimplemento verificado depois de transcorrido o prazo descrito no item 4.13.7. abaixo, com relação aos eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.13.7. O pagamento dos valores mencionados no item 4.13.5. e 4.13.6. acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, será realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14. desta Escritura de Emissão.

#### **4.14. Multa e Juros Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures que será devida até a data do efetivo pagamento das Debêntures nos termos do item 4.10. acima, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso.

#### **4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo do disposto no item supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em eventual comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo

relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.16. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

#### **4.17. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação que deva ser realizado por meio da CETIP, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

#### **4.18. Publicidade**

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no (i) no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; e (ii) no jornal Diário Mercantil. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

#### **4.19. Tratamento Tributário das Debêntures e Imunidade de Debenturistas**

4.19.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei n.º 12.431.

4.19.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquela prevista na Lei n.º 12.431, este deverá encaminhar ao

Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.19.3. Caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei n.º 12.431, em razão da Emissora deixar de alocar, no todo ou em parte, os recursos captados no âmbito da Emissão conforme destinação de recursos prevista no item 3.4. desta Escritura de Emissão, e/ou deixar de implementar o Projeto, a Emissora e a Interveniente Anuente obrigam-se desde já, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Coordenador Líder por todos os prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas decorrentes diretamente do não atendimento, por parte da Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei n.º 12.431, excluídos danos indiretos e lucros cessantes.

#### **4.20. Garantias**

4.20.1. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da Emissão, serão constituídas as seguintes garantias cujos termos e condições deverão corresponder substancialmente àqueles constantes do Anexo II à presente Escritura de Emissão ("Garantias"):

(a) cessão fiduciária, nos termos da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, artigo 66-B, parágrafo 3º, e conforme o Contrato de Cessão (conforme definido abaixo), a ser formalizada até 15 (quinze) de setembro de 2012, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações pela Emissora decorrentes das Debêntures ("Cessão Fiduciária"), da totalidade dos direitos creditórios de que a Emissora é titular ("Direitos Creditórios") emergentes do Contrato de Concessão e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão n.º 013/2010 celebrado entre a Emissora e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS ("ONS") em 1º de setembro de 2010, conforme alterado ("Contrato de Transmissão"), compreendendo, mas não se limitando a:

(i) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente, incluído o direito de receber todas as

indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão;

(ii) os direitos creditórios da Emissora provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão, no Contrato de Transmissão, e nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão celebrados entre o ONS, as concessionárias de transmissão e as usuárias do sistema de transmissão ("Contratos de Uso"), inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão;

(iii) os direitos creditórios das seguintes contas:

(1) "Conta Centralizadora": aberta junto a instituição financeira que atuará como banco arrecadador ("Banco Arrecadador"), indicada pela Emissora e aprovada pelo BNDES, na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos direitos a serem cedidos previstos nesta Cláusula 4.20.1.;

(2) "Conta Reserva da Emissão": aberta junto ao Banco Arrecadador; e

(3) "Conta Seguradora": na qual serão depositados todos os eventuais recursos recebidos pela Emissora em caso de execução ou pagamento das Garantias outorgadas ou dos instrumentos de seguro e de seguro-garantia previstos nos contratos relacionados ao Projeto para sua implantação, firmados pela Emissora e dos quais esta seja beneficiária ("Seguro" e "Seguro-Garantia", respectivamente); e

(iv) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Emissora que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, do Contrato de Transmissão, dos Contratos de Uso, ou decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Emissora; e

(b) o penhor de ações em favor do BNDES e do Agente Fiduciário, em nome e em benefício dos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do “Contrato de Penhor de Ações”, a ser celebrado até 15 de setembro de 2012, e até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, e de acordo com o artigo 1.431 e seguintes do Código Civil, da totalidade das ações de emissão da Emissora de titularidade da Lintran do Brasil Participações S.A. (“Ações” e “Penhor de Ações”, respectivamente).

4.20.1.1. A Cessão Fiduciária será constituída e operacionalizada mediante a formalização de “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças” até 15 de setembro de 2012 entre a Emissora, o BNDES, o Agente Fiduciário e o Banco Arrecadador (“Contrato de Cessão”), obrigando-se a Emissora a receber toda a receita proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia objeto do Contrato de Transmissão exclusivamente na Conta Centralizadora aberta para tal fim, bem como a constituir e manter até final liquidação de todas as obrigações decorrentes da Emissão a Conta Reserva da Emissão, movimentada exclusivamente para pagamento das prestações de Amortização do Principal e Remuneração no caso de insuficiência de recursos na Conta Centralizadora, conforme estabelecido no Contrato de Cessão, e preenchida com recursos nos seguintes montantes:

- (a) a partir de 15 de janeiro de 2020, na hipótese de a Emissora possuir Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), apurado conforme metodologia constante do Anexo I, comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas por auditor independente cadastrado na CVM, no montante equivalente ao valor de 3 (três) Amortizações do Principal imediatamente subsequentes, mais o valor de 50% (cinquenta por cento) de 1 (uma) Remuneração imediatamente subsequente, utilizando-se para tanto, a projeção do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), com os respectivos complementos ou descontos aplicáveis na hipótese de ser apurada eventual diferença entre a projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim Focus do Bacen no último Dia útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo e as taxas efetivas de IPCA; ou
- (b) a partir de 15 de janeiro de 2020, na hipótese de a Emissora possuir ICSD inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), apurado conforme metodologia constante do Anexo I, e comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas por auditor independente cadastrado na

CVM, no montante equivalente ao valor de 6 (seis) Amortizações do Principal imediatamente subsequentes, mais o valor de 1 (uma) Remuneração imediatamente subsequente, utilizando-se para tanto, a projeção do IPCA divulgada pelo Bacen, com os respectivos complementos ou descontos aplicáveis na hipótese de ser apurada eventual diferença entre a projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim Focus do Bacen no último Dia útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo e as taxas efetivas de IPCA.

4.20.1.1.1. Os recursos retidos na Conta Reserva serão movimentados exclusivamente nos termos do Contrato de Cessão, observado o disposto no item 4.20.1.2. abaixo, sendo facultada sua aplicação financeira conforme previsto no Contrato de Cessão.

4.20.1.2. Para fins do disposto nos itens acima, a Emissora obriga-se a notificar ao ONS, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de formalização do Contrato de Cessão, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular, a respeito da Cessão Fiduciária, bem como para que efetue os pagamentos decorrentes do Contrato de Transmissão exclusivamente na Conta Centralizadora.

4.20.1.3. Para fins do disposto nos itens acima, a Emissora obriga-se a notificar a ANEEL, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de formalização do Contrato de Cessão, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular, a respeito da Cessão Fiduciária, bem como para que esta efetue os pagamentos decorrentes do Contrato de Concessão exclusivamente na Conta Centralizadora.

4.20.1.4. Para fins do disposto nos itens acima, a Emissora obriga-se a notificar qualquer outra pessoa contra a qual detenha direitos a serem cedidos fiduciariamente, e a quem mais seja necessário conforme legislação em vigor, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de formalização do Contrato de Cessão, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular, a respeito da Cessão Fiduciária, bem como para que efetuem os pagamentos decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Emissora exclusivamente na Conta Centralizadora.

4.20.1.5. Na hipótese de o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios a serem cedidos fiduciariamente no âmbito da Cessão Fiduciária ser inferior à Data de

Vencimento, a Emissora obriga-se desde já a substituir, em até 30 (trinta) dias antes da data de vencimento dos referidos Direitos Creditórios, a cessão fiduciária a ser constituída pelo Contrato de Cessão por outro(s) direito(s) da Emissora, acaso existente(s) e aceitável(is) por Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação.

4.20.1.6. No caso de obtenção pela Emissora de receita adicional decorrente da prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, além daquela oriunda do Contrato de Transmissão, a Emissora obriga-se a ceder fiduciariamente a referida receita, notificando os devedores do crédito cedido a respeito da cessão fiduciária em garantia, em favor do BNDES e dos Debenturistas e instruindo-os, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuarem os pagamentos devidos na Conta Centralizadora, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da formalização do novo instrumento de prestação de serviços de transmissão de energia.

4.20.1.7. A Emissora declara ser titular dos Direitos Creditórios, e que tais bens e direitos se encontram em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive fiscais, exceto pelas Garantias.

4.20.2. A Interveniente Anuente obriga-se em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar as Ações por meio do Contrato de Penhor, e todas e quaisquer outras ações representativas do capital social da Emissora sob sua titularidade, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição e bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social da Emissora, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pela Interveniente Anuente até o pagamento integral de todas as obrigações decorrentes da Emissão.

4.20.2.1. A Interveniente Anuente obriga-se, ainda, a providenciar a averbação do penhor das Ações no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Emissora, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de formalização do Contrato de Penhor de Ações.

4.20.2.2. A Interveniente Anuente declara que as Ações estão em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive fiscais, exceto pelo Penhor das Ações.

4.20.2.3. A Interveniente Anuente nomeia, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, o Agente Fiduciário como seu procurador, com plenos poderes especiais para, na ocorrência de inadimplemento das obrigações garantidas, em nome da Interveniente: (a) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para a excussão do Penhor sobre as Ações a serem empenhadas, e/ou (b) alienar as Ações a serem empenhadas, no todo ou em parte, por meio de venda amigável ou pública, obedecida a legislação aplicável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações decorrentes da Emissão, assim como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos para a transferência definitiva da propriedade das Ações a serem empenhadas, podendo, inclusive, dar e receber quitação.

4.20.3. As Garantias são consideradas um todo indivisível em relação ao Valor Nominal Total da Emissão.

4.20.4. As Garantias serão compartilhadas com o BNDES de maneira proporcional com relação aos montantes devidos pela Emissora no âmbito da presente Emissão e aqueles devidos pela Emissora no âmbito do Contrato de Financiamento BNDES e, portanto, estarão sujeitas, aos termos e condições do Contrato de Compartilhamento de Garantias a ser celebrado entre o Agente Fiduciário (representando os Debenturistas), o BNDES e a Emissora, cuja minuta é anexa ao presente como Anexo III.

4.20.5. A Emissora obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário a competente autorização da ANEEL para a constituição das Garantias.

4.20.6. Os Debenturistas, ao subscreverem as Debêntures, declaram-se cientes de que a verificação da suficiência das Garantias previstas neste item 4.20. pelo Agente Fiduciário deu-se exclusivamente com base nas informações prestadas pelos correspondentes garantidores no âmbito dos documentos de celebração das referidas Garantias.

4.20.7. Adicionalmente às Garantias, para assegurar o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da Emissão, será emitida carta de fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Carta de Fiança") a ser prestada pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o



n.º 01.522.368/0001-82, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 510, 10º a 14º andar (“BNPP”), o qual se obrigará na qualidade de principal pagador das obrigações decorrentes da Emissão, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, com prazo de validade de, no mínimo, 1 (um) ano, renovável por igual período, até 60 (sessenta) dias antes de seu vencimento, no valor equivalente a todas as obrigações decorrentes da Emissão, abrangendo a fiança, além de parte do principal, os juros, comissões, pena convencional e demais encargos pactuados no âmbito da Emissão.

4.20.7.1. A Carta de Fiança será exonerada se cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições, conforme comprovadas junto ao Agente Fiduciário.

- (a) comprovação da conclusão das obras do Projeto e de sua entrada em operação comercial, conforme definido no Contrato de Concessão e seus posteriores aditivos, com a devida obtenção de aprovação ou certificação da ANEEL;
- (b) apresentação da competente Licença de Operação do Projeto, oficialmente publicada, expedida pelos órgãos competentes, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (“Licença de Operação”);
- (c) comprovação, pela Emissora, da constituição da Cessão Fiduciária, mediante a apresentação do Contrato de Cessão devidamente formalizado e registrado;
- (d) comprovação, pela Emissora, da constituição do Penhor de Ações, mediante a apresentação de cópia autenticada do Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora; e
- (e) comprovação, pela Emissora, da realização das notificações mencionadas no item 4.20.1.2 acima.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1 A Emissora está, adicionalmente, obrigada a:

- (a) apresentar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado a partir da Data de Emissão, a Licença de Operação do Projeto;
- (b) adotar as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo Projeto;
- (c) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, devendo comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a existência de qualquer ação ou decisão judicial relacionada aos aspectos ambientais do Projeto, ou notificações de quaisquer órgãos públicos impondo sanções ou penalidades;
- (d) exceto pelas Garantias, não constituir, sem a prévia autorização dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, reunidos em AGD, penhor ou gravame sobre os Direitos Creditórios;
- (e) exceto pelas Garantias, não ceder ou vincular em favor de outro credor os Direitos Creditórios;
- (f) exceto pelas Garantias, não constituir, salvo por decisão judicial ou autorização prévia e expressa dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação reunidos em AGD, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas em iguais condições aos Debenturistas;
- (g) exceto se autorizado previamente pelos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, reunidos em AGD, não conceder preferência a outros créditos, não realizar amortização de ações, não emitir debêntures, partes beneficiárias, tampouco contratar novas dívidas, a não ser aquelas destinadas a atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, ou à mera reposição ou substituição de material, ou em caso de descontos de efeitos comerciais de que a Emissora seja titular em razão de venda ou de prestação de serviços;

(h) não realizar distribuição e/ou pagamento de lucros ou dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, exceto se a Emissora possuir ICSD superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), conforme metodologia constante do Anexo I, comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas por auditor independente cadastrado na CVM à época em pretender realizar um dos eventos descritos neste item (h);

(i) não celebrar quaisquer acordos com seus acionistas diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas integrantes do Grupo Econômico para fins de concessão de mútuos, ou, ainda, não realizar a redução do seu capital social, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação reunidos em AGD;

(j) exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas representando 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD, não celebrar quaisquer acordos ou contratos de prestação de serviços técnicos ou administrativos com as pessoas físicas ou jurídicas integrantes do Grupo Econômico a que pertença a Emissora, exceto se exclusivamente para fins operacionais e em valor anual inferior a 0,2% (dois décimos por cento) da Receita Operacional Líquida da Emissora;

(k) informar o ICSD anualmente ao Agente Fiduciário, comprovado mediante apresentação das demonstrações financeiras auditadas por auditor independente cadastrado na CVM, acompanhadas das correspondentes notas explicativas dos respectivos auditores independentes contemplando relatório de apuração do ICSD, o qual deverá conter memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para sua obtenção conforme metodologia constante do Anexo I, podendo o Agente Fiduciário solicitar todos os eventuais esclarecimentos que se façam necessários para sua verificação;

(l) manter recursos na Conta Reserva da Emissão, com valores equivalentes ao saldo mínimo previsto no item 4.20.1.1. desta Escritura de Emissão;

- (m) apresentar anualmente ao Agente Fiduciário suas demonstrações financeiras auditadas por empresa independente cadastrada na CVM acompanhadas de declaração do representante legal da Emissora de que a mesma está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, bem como atestando a efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade do cálculo do ICSD;
- (n) retratar, em rubrica específica, nos seus balanços e balancetes, os recursos da Conta Reserva da Emissão nos termos do Contrato de Cessão;
- (o) permitir, mediante prévia notificação do Agente Fiduciário, assim orientado neste sentido por Debenturistas titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total das Debêntures em circulação, ampla inspeção das obras do Projeto, bem como de desenhos, especificações ou quaisquer outros documentos técnicos que estejam diretamente ligados ao Projeto, por parte de um representante do Agente Fiduciário;
- (p) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe aumento acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) do custo estimado do Projeto em comparação com o quadro de usos e fontes, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;
- (q) aportar os recursos próprios previstos para a execução do Projeto, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do Projeto;
- (r) tomar todas as providências necessárias e aportar os recursos necessários para a conclusão do Projeto conforme o cronograma de implantação, inclusive para a correção de eventuais atrasos na obra e falhas na implementação do Projeto;
- (s) manter seguro operacional e patrimonial durante todo o período operacional do Projeto;
- (t) apresentar ao Agente Fiduciário, anualmente, ou sempre que este assim o solicitar em razão de orientação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, todo e qualquer comprovante

do cumprimento das obrigações relativas ao Seguro-Garantia e aos demais Seguros relativos ao Projeto;

(u) apresentar, até 12 (doze) de abril de 2016, o Contrato de Operação e Manutenção definitivo devidamente formalizado e registrado, cuja minuta tenha sido devidamente aprovada pelo BNDES, sendo certo que qualquer alteração posterior dependerá da anuência prévia dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD;

(v) cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão, notificando o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil sobre qualquer inadimplemento no âmbito da referida concessão;

(w) manter-se adimplente com relação ao Contrato de Cessão;

(x) na hipótese do prazo de vigência do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto ser inferior à Data de Vencimento, comprovar a renovação do referido Contrato de Operação e Manutenção antes da data estabelecida para seu vencimento;

(y) comprovar a quitação integral das debêntures emitidas pela Emissora nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linha de Transmissão de Montes Claros S.A.", celebrado em 05 de maio de 2011, conforme alterado, no valor de R\$ 122.000.000,000 (cento e vinte e dois milhões de reais);

(z) renovar a Carta de Fiança nos termos do item 4.20.7. desta Escritura de Emissão;

(aa) constituir as Garantias até 15 (quinze) de setembro de 2012;

(bb) fornecer ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, todas as informações razoáveis, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas no artigo 17, da Instrução CVM n.º 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta Restrita ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura de Emissão.

A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inverdades ou omissões relativas a tais informações;

(cc) fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(dd) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCERJA, em até 15 (quinze) dias contados da respectiva data de assinatura;

(ee) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;

(ff) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, regulatório, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, sua controladas e coligadas, que possam resultar em um valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Essas informações deverão ser apresentadas pela Emissora na forma de relatório descritivo da ocorrência e das medidas que serão adotadas pela Emissora para mitigar os efeitos da autuação em questão;

(gg) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

(hh) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

(ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil;

(jj) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(kk) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;

(ll) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º, da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM n.º 358"), comunicando o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil a contar da referida divulgação;

(mm)encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, de natureza pecuniária ou não, incluindo mas não se limitando aos eventos indicados no item 4.13. acima, no prazo de até 5 (cinco)Dias Úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após a ocorrência do descumprimento, sem prejuízo dos demais procedimentos aplicáveis, nos termos desta Escritura de Emissão;

(nn) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Banco Arrecadador, a CETIP e o Agente Fiduciário;

(oo) efetuar o pagamento de todas as despesas previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, razoavelmente incorridas e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da

cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, sendo que o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;

(pp) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

(qq) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM que lhe sejam aplicáveis, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

(rr) obter todos os documentos previstos na legislação socioambiental relacionados às atividades desenvolvidas pela Emissora, principalmente, mas não se limitando às atividades previstas no Contrato de Concessão, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças em pleno vigor e eficácia;

(ss) entregar ao Agente Fiduciário cópia dos documentos mencionados no item (rr) acima relacionados à ocorrência de qualquer irregularidade ou evento que leve os órgãos competentes a considerar descumprida a legislação socioambiental ou lhe imputar a obrigação de indenizar eventual dano socioambiental, informando imediatamente ao Coordenador Líder por escrito;

(tt) informar e enviar organograma societário e todos os dados financeiros, incluindo-se as demonstrações financeiras apuradas e auditadas pelos auditores independentes da Emissora, e atos societários necessários à realização do relatório anual previsto no artigo 12 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma societário do grupo societário a que pertence a Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;



(uu) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(vv) não realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e

(ww) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4. desta Escritura de Emissão.

5.1.1. As despesas a que se refere o item 5.1. (oo) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

(a) publicações em geral de relatórios, editais, atas, avisos, e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

(b) solicitação, quando for necessário, de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;

(c) despesas com registros, caso sejam realizados pelo Agente Fiduciário;

(d) despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que devidamente comprovadas à Emissora; e

(e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2. A Interveniente Anuente está adicionalmente obrigada a:

- (a) submeter à aprovação dos pelos Debenturistas titulares de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD, quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da Emissora, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Emissora ou em transferência do controle acionário da Emissora, ou em alteração da sua qualidade de acionista controladora da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (b) não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora, de dispositivo que importe em:
  - (i) restrições à capacidade de crescimento da Emissora ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
  - (ii) restrições de acesso da Emissora a novos mercados; ou
  - (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras da Emissão.
- (c) não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da Emissão;
- (e) suprir, proporcionalmente à participação societária na Emissora, mediante aumento de capital em dinheiro na Emissora, a eventual mora de acionista remisso;
- (f) aportar, mediante integralização de capital em dinheiro e de forma proporcional à sua participação acionária na Emissora, os recursos necessários à cobertura de eventuais acréscimos do orçamento global do Projeto;

- (d) os respectivos representantes que assinam esta Escritura têm poderes societários para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (g) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável em vigor;
- (l) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, presta serviços de agente fiduciário na primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, da Montes Claros S.A., com vencimento em 8 de julho de 2012, em que foram emitidas 122 (cento e vinte e duas) debêntures, na data de sua emissão, no valor de R\$122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de reais). Até a presente data ocorreram eventos de amortização, conforme previsto na respectiva escritura

de emissão, não tendo sido verificado qualquer evento de conversão, repactuação e inadimplemento. Tal emissão foi objeto de garantia representada por Carta de Garantia emitida pela Cobra Instalaciones Y Servicios S.A., conforme previsto na respectiva escritura de emissão;

- (m) assegurará, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, tratamento equitativo aos Debenturistas da Oferta Restrita;
- (n) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (o) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, não tendo conduzido nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- (p) exceto pela primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, da Montes Claros S.A., com vencimento em 8 de julho de 2012, em que foram emitidas 122 (cento e vinte e duas) debêntures, na data de sua emissão, no valor de R\$122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de reais) a qual deverá ser devidamente liquidada com os recursos da presente Emissão, inexistem outras emissões de debêntures públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário nos termos da Instrução CVM n.º 28.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

(a) parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes;

(b) as parcelas citadas no item “a” supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

(c) as parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

(d) todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, sendo que o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;

(g) tomar todas as providências necessárias e aportar na Emissora, mediante integralização de capital em dinheiro e de forma proporcional à sua participação acionária na Emissora, os recursos necessários à conclusão do Projeto, conforme o cronograma de implantação, inclusive com vistas à correção de eventuais atrasos na obra e falhas na implementação do Projeto;

(h) aportar, proporcionalmente à participação societária na Emissora, mediante integralização de capital em dinheiro, os recursos necessários para o total preenchimento da “Conta Reserva da Emissão”, conforme prevê o item 4.20.1.1., em caso de insuficiência de recursos por parte da Emissora; e

(i) comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de liminar ou tutela antecipada e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e ajuizamento de novas ações, em relação a qualquer ação que ocasione a constrição de bens do seu patrimônio e afete, de forma adversa, as Garantias.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

(a) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do República Federativa do Brasil;

(b) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

(c) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;

(e) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

(f) a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, sempre que possível, sendo que o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas; e

(g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

(b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer às AGDs, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



(l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
- (ix) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver; e

(x) calcular diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

(m) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (l) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
- (iii) na CETIP;
- (iv) na CVM; e
- (v) na sede do Coordenador Líder.

(n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, ao Agente Escriturador e à CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(p) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e

(q) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações,

no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.14. acima por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação.

6.6.2. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais remanescem como obrigação legal e regulamentar da Emissora, inclusive com relação a sua elaboração, nos termos da legislação aplicável.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento salvo nas situações em que atue com culpa ou dolo, casos em que será considerado responsável por quaisquer prejuízos que venham a ser causados em decorrência de seus atos. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução n.º 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.8. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e/ou atos da administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes

do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.10.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.10.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.14.

6.10.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.

6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) na Data de Vencimento; (iii) na Remuneração, inclusive, mas não limitado a valores e cronograma de pagamento; (iv) na Amortização, inclusive, mas não limitado a valores e cronograma de pagamento; (v) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (vi) nas hipóteses de vencimento antecipado, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia ao cumprimento de obrigação adicional da Emissora e/ou da Interveniente no âmbito da Emissão, conforme descritas nos itens 5.1. e 5.3. desta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem a 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas demais cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora adquirir e cancelar.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora, neste ato declara que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;

(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(d) a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a emissão, a colocação das Debêntures e a Garantia não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias e pelo Penhor das Ações, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(e) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;



(f) as demonstrações financeiras da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(g) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

(h) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(i) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas; e

(j) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações conforme atualmente desempenhadas nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

8.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios e excluindo lucros cessantes e danos indiretos) razoavelmente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inverdade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Oitava da Escritura de Emissão.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

## **CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a

serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.**

Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 1619

CEP 20020-080 – Rio de Janeiro - RJ

Sr. Ronny Nascimento Nunes

Tel: (21) 3171-8034

Fac-símile: (21) 3171-8006

E-mail: [rnunes@grupocobra.com.br](mailto:rnunes@grupocobra.com.br)

**Para a Interviente Anuente:**

**Lintran do Brasil Participações S.A.**

Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 1622

CEP 20020-080 – Rio de Janeiro - RJ

Sr. Ronny Nascimento Nunes

Tel: (21) 3171-8034

Fac-símile: (21) 3171-8006

E-mail: [rnunes@grupocobra.com.br](mailto:rnunes@grupocobra.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514

CEP 22.640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (backoffice) / Srta. Nathália Machado

Tel.: (21) 3385-4065

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) / [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

**Para o Banco Mandatário:**

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar

CEP 04344-902 São Paulo – SP

At.: Sr. José Nilson Cordeiro

Telefone: (11) 5029-1317

Fax: (11) 5029-1920

*E-mail:* [jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br](mailto:jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br)

**Para o Agente Escriturador:**

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar

CEP: 04538-132 São Paulo – SP

At.: Sr. José Nilson Cordeiro

Telefone: (11) 5029-1317

Fax: (11) 5029-1920

*E-mail:* [jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br](mailto:jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano

CEP 01452-001 São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

*E-mail:* [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência, nos termos desta Cláusula Nona.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3. acima serão arcados pela parte inadimplente, excluindo lucros cessantes e danos indiretos.

9.5. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

## **CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. O cumprimento, pelas Partes, das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, na forma regulamentar vigente, está condicionado à celebração, pela Emissora e demais partes, do Contrato de Distribuição.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

### **CLÁUSULA ONZE – DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas ou fundadas nesta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão as Partes em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2012

*Página 1 (um) de 3 (três), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A., celebrado em 9 de agosto de 2012.*

**LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.**

---

Nome: Alfonso Brunner Beamud  
Cargo: Diretor

---

Nome: Pablo Villaescusa González  
Cargo: Diretor

*Página 2 (dois) de 3 (três), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A., celebrado em 9 de agosto de 2012.*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

---

Nome:

Cargo:

*Página 3 (três) de 3 (três), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A., celebrado em 9 de agosto de 2012.*

**Na qualidade de Interveniente Anuente:**

**LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo: Diretor

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo: Diretor

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:



**Anexo I ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Linha de Transmissão de Montes Claros S.A.**

### **MÉTODO DE CÁLCULO DO ICSD**

O ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade da Emissora pelo Serviço da Dívida da Emissora, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras da Emissora, em determinado período  $t^1$  de verificação, a saber:

#### **A) Geração de Caixa da Atividade**

(+) LAJIDA (EBITDA)

(-) Imposto de Renda

(-) Contribuição Social

#### **B) Serviço da Dívida**

(+) Amortização de Principal

(+) Pagamento de Juros

$$\mathbf{C = \acute{I}NDICE DE COBERTURA DO SERVI\c{C}O DA D\acute{I}VIDA = (A) / (B)}$$

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+) Lucro Líquido;

(+) Despesa (receita) financeira líquida;

(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais;

(+) Depreciações e amortizações;

(+) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas; e

(+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

**<sup>1</sup> t corresponde a um determinado semestre do ano civil e t-1 corresponde ao semestre imediatamente anterior.**

**Anexo II-A ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Linha de Transmissão de Montes Claros S.A. - Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças**

**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI FAZEM A LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A., O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, A PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E O [•], NA FORMA ABAIXO:**

A **LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.**, doravante denominada “**CEDENTE**”, sociedade anônima, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.619, Centro, CEP 20020-080, inscrita no CNPJ sob o nº 11.620.646/0001-98, por seus representantes ao final assinados;

o **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, na qualidade de cessionário fiduciário, doravante denominado simplesmente “**BNDES**”, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes ao final assinados; e

a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, na qualidade de cessionária fiduciária, representando a comunhão dos titulares das debêntures, doravante denominada simplesmente “**AGENTE FIDUCIÁRIO**”, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, por seus representantes ao final assinados; e

o [•], doravante denominado simplesmente “**BANCO ARRECADADOR**”, [•], com sede [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], por seus representantes ao final assinados;

sendo o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO, em conjunto, doravante denominados “**CREDITORES**”;

e sendo a CEDENTE, o BANCO ARRECADADOR e os CREDITORES em conjunto denominados “**PARTES**”;

**CONSIDERANDO QUE:**

1. a CEDENTE foi constituída para a implantação e operação do sistema de transmissão, objeto do Leilão ANEEL 05/2009, composto pela Linha de Transmissão Pirapora 2 – Montes Claros 2, com 162 km de extensão em 345 kV, e pelas subestações Itabirito 2 e Padre Fialho, todas no Estado de Minas Gerais (doravante denominado “**PROJETO**”), cuja concessão foi formalizada por meio do Contrato de Concessão nº 003/2010-ANEEL, celebrado em 12 de julho de 2010, entre a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEDENTE, (doravante denominado, com seus aditivos, “**CONTRATO DE CONCESSÃO**”), tendo a CEDENTE celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o

Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 013/2010, em 01 de setembro de 2010 (doravante denominado, com seus aditivos, "**CPST**");

2. o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO celebraram, respectivamente, os instrumentos contratuais abaixo descritos (doravante denominados, em conjunto, "**INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO**"), destinados à implantação do PROJETO:
  - 2.1 o BNDES e a CEDENTE celebraram, com a interveniência da Lintran do Brasil Participações S.A. ("LINTRAN"), em 28 (vinte e oito) de maio de 2012, o "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0247.1", no valor de R\$ 123.120.000,00 (cento e vinte e três milhões e cento e vinte mil reais); e
  - 2.2 o AGENTE FIDUCIÁRIO e a CEDENTE celebraram, com a interveniência da LINTRAN, em [•] de [•] de 2012, o "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.", no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- 3 - para assegurar o pagamento pontual e integral de quaisquer obrigações assumidas nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, tais como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, a CEDENTE se obrigou a ceder fiduciariamente em garantia, em favor dos CREDORES, em caráter irrevogável e irretratável, até final liquidação de todas as obrigações por ela assumidas, a totalidade dos direitos creditórios, de titularidade da CEDENTE, emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO e provenientes do CPST e dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as concessionárias de transmissão e as usuárias do sistema de transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão;
4. as garantias que asseguram o cumprimento integral das obrigações decorrentes dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, doravante denominadas simplesmente "**GARANTIAS**", estão consubstanciadas nos seguintes instrumentos: (i) o presente CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS; (ii) o CONTRATO DE PENHOR DA TOTALIDADE DAS AÇÕES DE EMISSÃO DA LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A., celebrado entre a LINTRAN, na qualidade de garantidora, e os CREDORES e (iii) cláusula fidejussória, constante de ambos os INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO (conjuntamente, "**CONTRATOS DE GARANTIA**"); e
5. as garantias que asseguram o cumprimento integral das obrigações decorrentes dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO serão compartilhadas entre os CREDORES na proporção da participação de cada um dos CREDORES no total financiado à CEDENTE no âmbito dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, nos termos do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS E OUTRAS AVENÇAS celebrado nesta data entre os CREDORES;

resolvem as PARTES acima qualificadas celebrar o presente **CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS**, doravante denominado simplesmente **CONTRATO**, que passa a fazer parte integrante e

inseparável dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

### **PRIMEIRA**

#### **DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste CONTRATO, os termos a seguir terão as seguintes definições:

- 1- **ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- 2- **CONTA CENTRALIZADORA:** Conta corrente de titularidade da CEDENTE, mantida junto ao BANCO ARRECADADOR, sob o nº [•], agência nº [•], Banco nº [•], constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS, movimentável somente pelo BANCO ARRECADADOR nos termos previstos neste CONTRATO, na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos DIREITOS CEDIDOS;
- 3- **CONTA MOVIMENTO:** Conta corrente de titularidade e livre movimentação da CEDENTE, mantida junto ao BANCO ARRECADADOR, sob o nº [•], agência nº [•], Banco nº [•], para a qual será transferido o saldo remanescente da CONTA CENTRALIZADORA e das CONTAS RESERVA, nos termos deste CONTRATO;
- 4- **CONTA RESERVA DA EMISSÃO ou CONTA RESERVA DOS DEBENTURISTAS:** Conta corrente de titularidade da CEDENTE, mantida junto ao BANCO ARRECADADOR, sob o nº [•], agência nº [•], Banco nº [•], movimentável somente pelo BANCO ARRECADADOR nos termos previstos neste CONTRATO, para a qual será transferido da CONTA CENTRALIZADORA o valor necessário para perfazer o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO;
- 5- **CONTA RESERVA DO BNDES:** Conta corrente de titularidade da CEDENTE, mantida junto ao BANCO ARRECADADOR, sob o nº [•], agência nº [•], Banco nº [•], movimentável somente pelo BANCO ARRECADADOR nos termos previstos neste CONTRATO, para a qual será transferido da CONTA CENTRALIZADORA o valor necessário para perfazer o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES;
- 6- **CONTA SEGURADORA:** Conta corrente de titularidade da CEDENTE, mantida junto ao BANCO ARRECADADOR, sob o nº [•], agência nº [•], Banco nº [•], movimentável somente pelo BANCO ARRECADADOR nos termos previstos neste CONTRATO, na qual serão depositados todos os eventuais recursos recebidos pela CEDENTE em caso de execução ou pagamento das garantias outorgadas ou dos instrumentos de Seguro e de Seguro-Garantia previstos nos contratos para a implantação do PROJETO, firmados pela a CEDENTE e dos quais esta seja beneficiária;
- 7- **CONTAS RESERVA:** CONTA RESERVA DO BNDES juntamente com a CONTA RESERVA DA EMISSÃO, incluídos os INVESTIMENTOS PERMITIDOS realizados com recursos depositados na CONTA RESERVA DO BNDES e/ou na CONTA RESERVA DA EMISSÃO;

- 8- **CONTRATO:** O presente CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- 9- **CONTRATO DE CONCESSÃO:** Contrato de Concessão nº 003/2010-ANEEL, celebrado em 12 de julho de 2010, entre a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEDENTE, e seus posteriores aditivos;
- 10- **CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES:** "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0247.1", celebrado entre a CEDENTE e o BNDES, no valor de R\$ 123.120.000,00 (cento e vinte e três milhões e cento e vinte mil reais), em 28 (vinte e oito) de maio de 2012, com a interveniência de terceiro, e seus posteriores aditivos;
- 11- **ESCRITURA DE EMISSÃO:** "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.", celebrado entre a CEDENTE e o AGENTE FIDUCIÁRIO, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), de [•] de [•] de 2012, com a interveniência de terceiro, e seus posteriores aditivos;
- 12- **INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO:** CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES juntamente com a ESCRITURA DE EMISSÃO;
- 13- **CPST:** Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 013/2010, de 01 de setembro de 2010, celebrado entre a CEDENTE e o ONS, e seus posteriores aditivos;
- 14- **CUST:** Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as concessionárias de transmissão e os USUÁRIOS.
- 15- **DIREITOS CEDIDOS:** Abrangem os direitos cedidos fiduciariamente pela CEDENTE aos CREDITORES, objeto da presente garantia, previstos na Cláusula Terceira deste CONTRATO;
- 16- **DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES:** "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16.12.1991, pela Resolução nº 863, de 11.3.1996, pela Resolução nº 878, de 4.9.1996, pela Resolução nº 894, de 6.3.1997, pela Resolução nº 927, de 1.4.1998, pela Resolução nº 976, de 24.9.2001, pela Resolução nº 1.571, de 4.3.2008, pela Resolução nº 1.832, de 15.9.2009, pela Resolução nº 2.078, de 15.3.2011, pela Resolução 2.139, de 30.8.2011 e pela Resolução nº 2.181, de 8.11.2011, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29.12.1987, 27.12.1991, 8.4.1996, 24.9.1996, 19.3.1997, 15.4.1998, 31.10.2001, 25.3.2008, 6.11.2009, 4.4.2011, 13.9.2011 e 17.11.2011, respectivamente;
- 17- **INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO:** CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES juntamente com a ESCRITURA DE EMISSÃO;

- 18- **INVESTIMENTOS PERMITIDOS:** Os investimentos que poderão ser feitos por ordem da CEDENTE com os recursos depositados nas CONTAS RESERVA, nos termos especificados no Anexo V;
- 19- **ONS:** Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- 20- **PARTES:** A CEDENTE, o BANCO ARRECADADOR e os CREDORES em conjunto;
- 21- **PROJETO:** A implantação e operação do sistema de transmissão, objeto do Leilão ANEEL 05/2009, composto pela Linha de Transmissão Pirapora 2 – Montes Claros 2, com 162 km de extensão em 345 kV, e pelas subestações Itabirito 2 e Padre Fialho, todas no Estado de Minas Gerais, cuja concessão foi formalizada por meio do CONTRATO DE CONCESSÃO;
- 22- **USUÁRIOS:** Todos os agentes do setor elétrico, conectados ao sistema de transmissão pertencente à CEDENTE, signatários de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, firmados com o ONS, na qualidade de representante da CEDENTE;
- 23- **VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES:** Saldo correspondente ao valor equivalente a:
- a) 03 (três) vezes o valor da primeira prestação mensal de amortização vincenda do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES, até que se efetue o pagamento da primeira prestação de amortização da dívida; e equivalente a 03 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES, durante o período de amortização do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES, caso a CEDENTE possua Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“**ICSD**”) de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), conforme metodologia constante do Anexo I ao CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES, e comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, doravante denominada “**CVM**”; ou
  - b) 06 (seis) vezes o valor da primeira prestação mensal de amortização vincenda do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES, até que se efetue o pagamento da primeira prestação de amortização da dívida; e equivalente a 06 (seis) vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES, durante o período de amortização do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES, caso a CEDENTE possua ICSD inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), conforme metodologia constante do Anexo I ao CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES, e comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas por auditor independente cadastrado na CVM; e



- 24- **VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO:** Saldo correspondente ao valor equivalente a [•].

## **SEGUNDA**

### **OBJETO DO CONTRATO**

O CONTRATO tem por objeto constituir e regular a cessão fiduciária, em favor dos CREDITORES, pela CEDENTE, da totalidade dos direitos creditórios de que é titular emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO e provenientes do CPST e dos CUST, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão, bem como regulamentar os termos e condições segundo os quais o BANCO ARRECADADOR irá atuar como banco mandatário, depositário e responsável pela administração e centralização dos recursos decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Para atender ao disposto no artigo 1.362 do Código Civil e no artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, os INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO encontram-se anexados ao presente CONTRATO, constituindo parte integrante do mesmo, para todos os efeitos legais (Anexo I), ficando desde já estipulado que todas as obrigações do BANCO ARRECADADOR serão discriminadas neste CONTRATO.

## **TERCEIRA**

### **CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS**

Para assegurar o pagamento de todas as obrigações decorrentes dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, bem como o ressarcimento de todo e qualquer valor que os CREDITORES venham a desembolsar em razão da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos, da execução da garantia ora constituída conforme previsto neste CONTRATO e/ou da execução das demais garantias constituídas nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, a CEDENTE cede fiduciariamente, em favor dos CREDITORES, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, artigo 66-B, § 3º, até final liquidação de todas as obrigações assumidas pela CEDENTE nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, observado o disposto nos artigos 25 e 26 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", a totalidade dos direitos creditórios, de que é titular, emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, e provenientes do CPST, compreendendo, mas não se limitando a:

- a) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à CEDENTE, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO;
- b) os direitos creditórios da CEDENTE, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO, no CPST, e nos CUST, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão;

- c) os direitos creditórios da CONTA CENTRALIZADORA, das CONTAS RESERVA e da CONTA SEGURADORA; e
- d) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da CEDENTE que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, do CPST, dos CUST, ou decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela CEDENTE.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os CREDORES renunciam à sua faculdade de ter a posse direta sobre os documentos que comprovam os DIREITOS CEDIDOS, nos termos do artigo 66-B, § 3º, da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04. A CEDENTE, por sua vez, mantém os documentos que comprovam os DIREITOS CEDIDOS sob sua posse direta, a título de fiel depositária, obrigando-se a entregá-los em 48 (quarenta e oito) horas quando, para tanto, solicitado pelos CREDORES, declarando-se ciente de suas responsabilidades civis e penais pela conservação e entrega desses documentos.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Em caso de decretação de falência da CEDENTE ou em caso de ocorrência de decretação de vencimento antecipado dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, a CEDENTE deverá, em até 24 (vinte e quatro) horas contadas de tais ocorrências, entregar os documentos que suportam a existência dos DIREITOS CEDIDOS aos CREDORES, transferindo-lhes, imediatamente, a posse direta de tais documentos.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Os CREDORES não serão responsáveis por quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais envolvendo a cobrança ou a conservação dos DIREITOS CEDIDOS. Entretanto, os CREDORES poderão, a seu exclusivo critério, tomar tais providências, caso em que a CEDENTE responderá, perante os CREDORES, pelos custos comprovados e razoáveis daí decorrentes.

## **QUARTA**

### **DEPÓSITO**

A CEDENTE se obriga a receber a totalidade dos pagamentos, valores ou quaisquer recursos decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS, **exclusivamente** na CONTA CENTRALIZADORA, sendo estes recursos movimentados, também exclusivamente, através da CONTA CENTRALIZADORA e demais contas correntes do PROJETO.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CEDENTE obriga-se a comprovar aos CREDORES, a ciência a respeito da garantia ora constituída, mediante o envio das notificações abaixo indicadas, por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular, arcando com os custos respectivos:

- I. notificação do ONS, na qualidade de representante dos USUÁRIOS, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de formalização do presente CONTRATO, cujo conteúdo deve observar o constante do Anexo II deste CONTRATO, a respeito da cessão fiduciária dos DIREITOS CEDIDOS, bem como para que efetue os

pagamentos decorrentes do CPST **exclusivamente** na CONTA CENTRALIZADORA, independentemente da sua forma de cobrança;

- II. notificação da ANEEL, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de formalização do presente CONTRATO, cujo conteúdo deve observar o constante do Anexo III deste CONTRATO, a respeito da cessão fiduciária dos DIREITOS CEDIDOS, bem como para que efetue quaisquer pagamentos decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, **exclusivamente** na CONTA CENTRALIZADORA, independentemente da sua forma de cobrança; e
- III. notificação de qualquer outra pessoa contra a qual a CEDENTE detenha direitos a serem cedidos fiduciariamente, e a quem mais seja necessário, conforme a legislação em vigor, sobre a existência da cessão fiduciária dos DIREITOS CEDIDOS, bem como para que efetuem os pagamentos decorrentes da prestação do serviço de transmissão de energia elétrica pela CEDENTE exclusivamente na CONTA CENTRALIZADORA, independentemente da sua forma de cobrança, e cujo conteúdo deve observar o constante de modelo a ser fornecido pelo BNDES.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Na hipótese de quaisquer pagamentos serem efetuados de maneira diversa daquela indicada no presente CONTRATO, a CEDENTE se obriga, desde já, de maneira irrevogável e irretratável, a transferir para a CONTA CENTRALIZADORA, no primeiro dia útil subsequente ao do efetivo recebimento, todos e quaisquer valores recebidos diretamente dos devedores dos DIREITOS CEDIDOS.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

No caso de obtenção de receita adicional, além daquela oriunda do CPST e dos CUST, a CEDENTE se obriga a ceder fiduciariamente a referida receita, notificando seus pagadores da cessão fiduciária em garantia, em favor dos CREDITORES e instruindo-os, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuarem os pagamentos devidos na CONTA CENTRALIZADORA, bem como apresentar comprovação do envio das respectivas notificações no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da formalização do novo instrumento de prestação de serviços de transmissão de energia.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

A CEDENTE obriga-se a entregar aos CREDITORES cópia do protocolo de recebimento das notificações de que trata esta Cláusula, acusando seu recebimento.

### **QUINTA**

#### **AUTORIZAÇÃO PARA RETENÇÃO E TRANSFERÊNCIA**

A CEDENTE autoriza o BANCO ARRECADADOR, em caráter irrevogável e irretratável, a transferir, mensalmente, após o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, da CONTA CENTRALIZADORA para as CONTAS RESERVA, o valor necessário para perfazer o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO, valores estes que somente poderão ser utilizados nas hipóteses previstas neste CONTRATO. Após as transferências acima mencionadas, caso se verifique saldo excedente na CONTA CENTRALIZADORA,

o BANCO ARRECADADOR transferirá o excesso para a CONTA MOVIMENTO, nos termos estabelecidos no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CEDENTE obriga-se a transferir, mensalmente, da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA RESERVA DO BNDES", o valor mínimo de 30% (trinta por cento) da sua Receita Operacional Líquida de PIS e COFINS, a partir da entrada em operação comercial do PROJETO até 15 (quinze) de janeiro de 2013 ou até o total preenchimento da CONTA RESERVA DO BNDES com o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A CONTA RESERVA DA EMISSÃO deverá estar totalmente preenchida até [•] de [•] de [•], com o equivalente, no mínimo, ao VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

É facultada a aplicação financeira pela CEDENTE, por meio do BANCO ARRECADADOR, e mediante instruções específicas da CEDENTE sobre a forma de aplicação, dos recursos depositados na CONTA RESERVA, nos INVESTIMENTOS PERMITIDOS. Caso a CEDENTE solicite que o BANCO ARRECADADOR aplique tais recursos, esta aplicação deverá obedecer ao Anexo IV ao presente CONTRATO. Os valores provenientes da rentabilidade da aplicação que ultrapassem o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO serão disponibilizados para a CEDENTE, mediante transferência para a CONTA MOVIMENTO, sempre no menor prazo aplicável a transferências de dinheiro entre contas correntes de mesma titularidade na mesma instituição financeira, desde que a CEDENTE esteja adimplente com todas as obrigações dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO. Os rendimentos provenientes da aplicação financeira, por serem frutos dos DIREITOS CEDIDOS, também a integram.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

A cada mês serão realizadas equalizações pelo BANCO ARRECADADOR para ajustar o valor das CONTAS RESERVA ao VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e ao VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO. Caso se verifique valor excedente VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e ao VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO nas respectivas CONTAS RESERVA, o BANCO ARRECADADOR transferirá o excesso para a CONTA MOVIMENTO.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

Os recursos retidos nas CONTAS RESERVA, equivalentes ao VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e ao VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO, permanecerão bloqueados durante todo o prazo dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, assim como suas respectivas aplicações financeiras, em favor dos CREDORES, ressalvadas as hipóteses de sua utilização previstas na Cláusula Sexta.

#### **PARÁGRAFO SEXTO**

Para fins do disposto no “caput” desta Cláusula, a CEDENTE autoriza o BANCO ARRECADADOR, em caráter irrevogável e irretratável, a obter, junto ao BNDES ou ao AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme o caso, sempre que necessário para os fins deste CONTRATO, informações sobre o saldo devedor do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES ou da ESCRITURA DE EMISSÃO, o valor das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida decorrente daqueles contratos, bem como a indicação de conta corrente de titularidade do BNDES ou do AGENTE FIDUCIÁRIO.

## **SEXTA**

### **UTILIZAÇÃO DAS CONTAS RESERVA**

A CEDENTE autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o BANCO ARRECADADOR, em caso de insuficiência de saldo na CONTA CENTRALIZADORA para o pagamento da prestação de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente de qualquer um dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, a transferir da CONTA RESERVA DO BNDES e/ou da CONTA RESERVA DA EMISSÃO, conforme o caso, para as contas correntes indicadas pelos CREDORES, a importância necessária ao pagamento integral das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrente dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, devendo o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO serem recompostos por meio de retenção e transferência dos valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA, sempre respeitada a ordem prevista na Cláusula Quinta acima.

## **SÉTIMA**

### **ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS**

A CONTA CENTRALIZADORA e as CONTAS RESERVA serão movimentadas, unicamente, pelo BANCO ARRECADADOR, mediante o envio de instruções por correspondências ou fac-símile, não sendo permitida a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação realizado pela CEDENTE.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CONTA MOVIMENTO, aberta junto ao BANCO ARRECADADOR, será de livre movimentação pela CEDENTE, e será preenchida pelo BANCO ARRECADADOR com os valores porventura remanescentes na CONTA CENTRALIZADORA e/ou nas CONTAS RESERVA, somente após o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, nos termos das Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta acima, incluindo, sem limitação, o pagamento de parcelas de amortização devidas nos termos dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO e o depósito do VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e do VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO nas respectivas CONTAS RESERVAS.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Na hipótese de ocorrer qualquer inadimplemento do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES e/ou da ESCRITURA DE EMISSÃO, notificado pelo BNDES e/ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, os recursos remanescentes acima referidos permanecerão bloqueados na CONTA CENTRALIZADORA até que seja(m) solucionado(s) o(s) inadimplemento(s) a critério do BNDES e/ou do AGENTE FIDUCIÁRIO e após comprovação de que a CONTA RESERVA DO BNDES e a CONTA RESERVA DA

EMIÇÃO possuem, no mínimo, valor equivalente, respectivamente, ao VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e ao VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMIÇÃO.

## **OITAVA**

### **DECLARAÇÕES DA CEDENTE**

A CEDENTE, neste ato, declara e garante aos CREDITORES que:

- I – possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar este CONTRATO e cumprir as obrigações por ela assumidas neste CONTRATO, de constituir a cessão fiduciária nos termos e condições deste CONTRATO sobre os DIREITOS CEDIDOS, tendo obtido as autorizações necessárias dos órgãos governamentais, bem como que tomou todas as medidas societárias necessárias para autorizar a celebração da cessão fiduciária de acordo com os termos aqui contidos;
- II – o presente CONTRATO constitui obrigação legal, válida e vinculativa de sua parte, podendo ser executada contra a mesma de acordo com seus termos;
- III – a assinatura e o cumprimento deste CONTRATO pela CEDENTE não constitui violação de seu Estatuto Social ou quaisquer outros de seus documentos societários;
- IV – é a legítima e única possuidora dos DIREITOS CEDIDOS, que se encontram livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus ou gravames, opções, restrições, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, exceto pela cessão fiduciária objeto deste CONTRATO;
- V – em decorrência deste CONTRATO, os DIREITOS CEDIDOS são de propriedade fiduciária e, portanto, resolúvel, única e exclusiva dos CREDITORES, na qualidade decessionários fiduciários;
- VI – este CONTRATO e as obrigações dele decorrentes não implicam: (i) o inadimplemento pela CEDENTE de qualquer obrigação assumida em qualquer contrato de que seja parte; (ii) o descumprimento de qualquer lei, decreto ou regulamento; ou (iii) o descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, arbitral ou judicial de que a CEDENTE tenha conhecimento; e
- VII – tem a legítima e válida titularidade de todos os ativos para as suas operações, livres de todo e qualquer ônus, exceto aqueles decorrentes deste CONTRATO e dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

As declarações e garantias previstas neste CONTRATO subsistirão após a celebração do presente CONTRATO e serão automaticamente havidas por consolidadas e aplicáveis quando do registro deste CONTRATO, bem como com relação a quaisquer DIREITOS CEDIDOS adicionais que forem entregues aos CREDITORES nos termos do presente CONTRATO.

## **NONA**

### **OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CEDENTE**

Obriga-se a CEDENTE a:

- I. manter a cessão fiduciária ora constituída, bem como todas as autorizações e obrigações aqui previstas, sempre em pleno vigor, válidas e eficazes e reforçar, substituir, repor ou complementar a presente garantia, com outras garantias relativas ao Projeto, se os DIREITOS CEDIDOS forem objeto de penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa constritiva;
- II. promover, durante a vigência do CONTRATO, a cobrança das faturas provenientes dos pagamentos recebidos pela prestação do serviço de transmissão através das agências bancárias do BANCO ARRECADADOR;
- III. não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os DIREITOS CEDIDOS ou a sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresse consentimento dos CREDORES;
- IV. encaminhar as notificações ao ONS e à ANEEL, nos termos da Cláusula Quarta, informando a cessão fiduciária dos DIREITOS CEDIDOS e indicando os dados bancários, previamente acordados com os CREDORES, referentes à CONTA CENTRALIZADORA, na qual deverão ser depositados os recursos decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS;
- V. na hipótese de atraso do pagamento dos recursos decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS, tomar as providências necessárias à regularização do fluxo de recebimentos dos recursos decorrentes do serviço de transmissão de energia elétrica;
- VI. enviar ao BANCO ARRECADADOR correspondência até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, ou dia útil imediatamente posterior a este, com previsão da despesa do mês seguinte mencionada na Cláusula Décima, inciso IV, item (i);
- VII. encaminhar, até o dia útil anterior à data do vencimento de cada obrigação, deste CONTRATO, ao BANCO ARRECADADOR, as ordens de pagamento, por meio físico ou eletrônico, referente à despesa indicada na Cláusula Décima, inciso IV, item (i), para liquidação pelo BANCO ARRECADADOR, com todos os dados suficientes, exigidos por este;
- VIII. enviar ao BANCO ARRECADADOR, logo após o pagamento da última fatura, Declaração de Liquidação de todas as obrigações do mês corrente, para que o BANCO ARRECADADOR cumpra a obrigação de transferência dos recursos remanescentes para a CONTA MOVIMENTO, nos termos do inciso IV, da Cláusula Décima;
- IX. defender-se, como também defender os direitos do BNDES, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar este CONTRATO, o CONTRATO DE CONCESSÃO, o CPST e/ou os CUST, sendo a única responsável por quaisquer reclamações ou ações que possam invalidar ou prejudicar os DIREITOS CEDIDOS ou o direito real de garantia dado ao BNDES por meio do presente instrumento;
- X. manter em dia o cumprimento de suas obrigações previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e no CPST e não praticar, sem a prévia e expressa anuência dos CREDORES, qualquer ato que resulte na renúncia de direitos da CEDENTE ou na exoneração da ANEEL e/ou do ONS de qualquer das suas obrigações previstas;

- XI. manter os CREDORES indenados de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias) decorrentes do CONTRATO que sejam: (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento de todos os tributos eventualmente incidentes ou devidos relativamente a qualquer parte dos DIREITOS CEDIDOS; (ii) referentes ou resultantes de qualquer violação, de quaisquer declarações ou compromissos da CEDENTE contidos no CONTRATO; ou (iii) referentes à criação e à formalização, pela CEDENTE, do gravame aqui previsto;
- XII. mediante solicitação por escrito dos CREDORES, praticar, exclusivamente às suas custas, todos os atos, bem como assinar todo e qualquer documento necessário à manutenção dos direitos previstos no CONTRATO que não impliquem assunção de qualquer obrigação adicional ou ampliação de obrigação existente ou, ainda, extinção de direitos assegurados pelo CONTRATO DE CONCESSÃO, pelo CPST, pelos CUST, pelos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO ou outro instrumento aplicável, exceto se assim acordado com os CREDORES;
- XIII. manter depositado nas CONTAS RESERVA, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela CEDENTE nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃOX;
- XIV. na hipótese de o prazo de vencimento dos DIREITOS CEDIDOS ser inferior ao da vigência dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, substituir, em até 30 (trinta) dias antes da data de vencimento daqueles direitos, a Cessão Fiduciária a que se refere o presente CONTRATO por outro(s) direito(s) da CEDENTE caso existente(s) e aceitável(is) pelos CREDORES, sob pena de vencimento antecipado dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO;
- XV. não ceder, transferir, alienar, onerar, gravar, vincular, a qualquer título, nem, de qualquer forma, atribuir a terceiros qualquer prerrogativa sobre os DIREITOS CEDIDOS, nem sobre quaisquer dos créditos, presente ou futuros, que individualmente o compõem;
- XVI. obter prévia anuência dos CREDORES para alterar os termos e condições do CPST, salvo se tal alteração for expressamente requerida por autoridades regulatórias. Os CREDORES deverão responder tal solicitação em até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da correspondência e a recusa em autorizar tal alteração deve se dar por escrito e de forma fundamentada;
- XVII. notificar os CREDORES de qualquer modificação no CONTRATO DE CONCESSÃO e/ou no CPST que possa ser considerada como substancial para os INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO e/ou o CONTRATO, bem como comunicá-los, dentro de 02 (dois) dias úteis, sobre qualquer acontecimento que possa depreciar ou ameaçar a garantia ora prestada neste instrumento;
- XVIII. fornecer, em até 2 (dois) dias úteis, quando assim solicitado, qualquer informação ou documento adicional que os CREDORES possam vir a solicitar relativamente aos DIREITOS CEDIDOS;
- XIX. permitir que os CREDORES inspecionem os livros e registros contábeis da CEDENTE relacionados aos DIREITOS CEDIDOS, sempre mediante



comunicação prévia a ser enviada pelos CREDORES, em conjunto ou separadamente, com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

- XX. expressamente renunciar a qualquer prerrogativa legal ou dispositivo contratual com terceiros contrários à instituição da cessão fiduciária sobre os DIREITOS CEDIDOS, de acordo com este CONTRATO, ou que possam prejudicar o exercício de quaisquer direitos dos CREDORES ou impedir a CEDENTE de cumprir as obrigações contratuais contraídas no presente CONTRATO; e
- XXI. informar anualmente ao BANCO ARRECADADOR, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês e sempre com cópia para o BNDES, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, calculado conforme a fórmula de cálculo prevista no Anexo I ao CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Fica estabelecido que, na hipótese de qualquer declaração conter, comprovadamente, dolo ou falsidade, nos documentos enviados pela CEDENTE, referentes aos incisos VI, VII e VIII acima, o BANCO ARRECADADOR comunicará aos CREDORES, e estes poderão, sem prejuízo das hipóteses de vencimento antecipado das dívidas previstas nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, declarar o vencimento antecipado dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Todas as despesas decorrentes deste instrumento, incluindo, mas não se limitando, a manutenção da CONTA CENTRALIZADORA, das CONTAS RESERVA e da CONTA MOVIMENTO, bem como aquelas relativas ao registro deste CONTRATO, ficarão por conta da CEDENTE, incluindo a remuneração a que o BANCO ARRECADADOR fará jus pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO.

## **DÉCIMA**

### **OBRIGAÇÕES DO BANCO ARRECADADOR**

O BANCO ARRECADADOR aceita os deveres, autorizações e obrigações previstos neste CONTRATO e concorda em atuar de acordo com os termos aqui previstos, obrigando-se a:

- I - informar, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, ao BNDES o descumprimento, por parte da CEDENTE, de qualquer obrigação referente à cessão fiduciária prevista neste CONTRATO;
- II - não acatar ordem da CEDENTE, no que se refere à cessão fiduciária dos DIREITOS CEDIDOS, em desacordo com o CONTRATO, sem a anuência por escrito dos CREDORES;
- III - ressalvada a obrigação prevista no inciso IV abaixo, promover a retenção e a transferência dos valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA e nas CONTAS RESERVA, após informação dos CREDORES, bem como executar todos os atos e procedimentos que lhe foram atribuídos expressamente neste CONTRATO;
- IV - transferir o valor constante da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA MOVIMENTO somente após o saldo daquela assegurar o pagamento total do mês

corrente das obrigações da CEDENTE abaixo especificadas, observada a prioridade ora estabelecida:

- (i) pagamento das prestações mensais de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO;
  - (ii) transferências para as CONTAS RESERVA de forma a assegurar o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO, conforme previsto na Cláusula Quinta;
- V - apresentar aos CREDORES, sempre que houver solicitação por parte destes neste sentido, extratos da CONTA CENTRALIZADORA e das CONTAS RESERVA e relatório informando sobre o cumprimento das obrigações de manutenção do VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e do VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO, ficando o BANCO ARRECADADOR, pelo presente, expressamente autorizado pela CEDENTE a fornecer os extratos das referidas contas e/ou dos investimentos vinculados a essas contas, sem que isto acarrete qualquer infração ao presente CONTRATO ou às normas aplicáveis;
- VI - utilizar os valores da CEDENTE depositados consigo para pagamento das obrigações pecuniárias estipuladas nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, inclusive nos casos previstos de vencimento antecipado da dívida e de aplicação de qualquer sanção, mediante débito primeiramente da CONTA CENTRALIZADORA e, após esgotado o saldo da CONTA CENTRALIZADORA, das CONTAS RESERVA, bem como mediante liquidação parcial ou total das aplicações financeiras;
- VII - informar aos CREDORES, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, sempre que o montante depositado em determinado mês na CONTA CENTRALIZADORA for inferior a 80% (oitenta por cento) da média dos depósitos efetuados nos três meses anteriores;
- VIII - sem prejuízo da obrigação da CEDENTE de encaminhar mensalmente ao BANCO ARRECADADOR os avisos de cobrança, obter, junto aos CREDORES, sempre que necessário para os fins do CONTRATO e, especialmente para os fins do disposto nos incisos III, IV e IX desta Cláusula, informações sobre:
  - (i) os saldos devedores dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO;
  - (ii) os valores das prestações de amortização do principal e acessórios das dívidas dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO; e
  - (iii) a indicação das contas correntes de titularidade dos CREDORES;
- IX - em caso de insuficiência de recursos para o pagamento integral da prestação de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES e/ou da ESCRITURA DE EMISSÃO, reter e transferir, ao BNDES, os valores disponíveis na CONTA CENTRALIZADORA e nas CONTAS RESERVA, sendo que a CONTA CENTRALIZADORA permanecerá bloqueada até que haja total cumprimento das obrigações pecuniárias em atraso e a recomposição do VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e do VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO, respectivamente;

- X - transferir da CONTA RESERVA DO BNDES e da CONTA RESERVA DA EMISSÃO para a CONTA MOVIMENTO os valores que porventura excederem, respectivamente, o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DO BNDES e o VALOR MÍNIMO DA COBERTURA DA DÍVIDA DA EMISSÃO;
- XI - enviar para a CEDENTE toda e qualquer notificação recebida dos CREDORES, em conjunto ou separadamente; e
- XII - bloquear as transferências dos recursos oriundos da cobrança das faturas dos pagamentos recebidos pela prestação dos serviços de transmissão da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA MOVIMENTO e mantê-los bloqueados e indisponíveis na CONTA CENTRALIZADORA, exceto para o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO e para o preenchimento da CONTA RESERVA, a partir do recebimento de comunicação por parte do BNDES com instrução expressa nesse sentido, em caso de inadimplemento de quaisquer obrigações dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O bloqueio das transferências de recursos da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA MOVIMENTO mencionado no inciso XII desta Cláusula vigorará até que seja solucionado o inadimplemento, a critério razoável dos CREDORES, e a CONTA CENTRALIZADORA somente será desbloqueada pelo BANCO ARRECADADOR após o recebimento de uma contra-ordem dos CREDORES. O BANCO ARRECADADOR, a partir do momento em que forem bloqueadas as transferências de recursos da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA MOVIMENTO, e enquanto não houver uma contra-ordem dos CREDORES para o desbloqueio, deverá informar mensalmente, ou sempre que solicitado pelos CREDORES, desde que a periodicidade não seja inferior a 10 (dez) dias, aos CREDORES toda movimentação realizada na CONTA CENTRALIZADORA, até a final liquidação das obrigações assumidas pela CEDENTE nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Caso o BANCO ARRECADADOR tenha que praticar algum ato não previsto neste CONTRATO deverá agir de acordo com instruções previamente emitidas, por escrito, pelos CREDORES, em conformidade com o disposto neste CONTRATO. Quaisquer comunicações ao BANCO ARRECADADOR serão feitas exclusivamente pelos CREDORES, não estando este obrigado ao cumprimento de quaisquer instruções emitidas pela CEDENTE, exceto quando expressamente previstas neste CONTRATO.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Em caso de conflito entre as informações prestadas ao BANCO ARRECADADOR pela CEDENTE e as informações obtidas pelo BANCO ARRECADADOR junto aos CREDORES, estas últimas prevalecerão.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

O BANCO ARRECADADOR não está autorizado a prestar quaisquer outros serviços quanto ao objeto deste CONTRATO, senão os nele previstos e suas obrigações ora assumidas.

## **PARÁGRAFO QUINTO**

Todas as obrigações assumidas neste CONTRATO pelo BANCO ARRECADADOR serão por ele cumpridas exclusivamente em território nacional.

## **DÉCIMA PRIMEIRA**

### **PROCURAÇÃO**

Sem prejuízo das autorizações concedidas nas Cláusulas Quinta e Sexta, a CEDENTE neste ato nomeia e constitui o BANCO ARRECADADOR como seu procurador, de maneira irrevogável e irretratável, na forma dos artigos 653, 683, 684 e 686 e seu parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, até final liquidação de todas as obrigações assumidas pela CEDENTE nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, para os fins previstos neste CONTRATO, com poderes específicos para a prática dos atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas pelo BANCO ARRECADADOR neste CONTRATO, especialmente aquelas previstas na Cláusula Décima.

## **PARÁGRAFO ÚNICO**

A CEDENTE autoriza expressamente o BANCO ARRECADADOR, desde logo, em caráter irrevogável e irretratável, a informar e fornecer aos CREDORES os Extratos Bancários da CONTA CENTRALIZADORA e das CONTAS RESERVA, reconhecendo que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, tendo em vista as peculiaridades que revestem os serviços objeto deste CONTRATO.

## **DÉCIMA SEGUNDA**

### **SUBSTITUIÇÃO DO BANCO ARRECADADOR**

O BANCO ARRECADADOR poderá ser substituído por determinação do BNDES e/ou do AGENTE FIDUCIÁRIO ou após a anuência destes. Havendo a necessidade de substituição do BANCO ARRECADADOR no curso deste CONTRATO, o BANCO ARRECADADOR continuará obrigado a exercer suas funções decorrentes do presente instrumento até a data de sua efetiva substituição, ocasião em que deverá entregar ao seu substituto a administração de todos os valores depositados nas contas correntes abertas em nome da CEDENTE, devendo prestar contas de sua gestão à CEDENTE e aos CREDORES, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, permanecendo o BANCO ARRECADADOR responsável pelos atos efetivamente praticados sob sua gerência durante o período de exercício da função.

## **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O BANCO ARRECADADOR poderá, a qualquer momento, renunciar às suas funções, por meio de uma notificação judicial ou extrajudicial enviada aos CREDORES e à CEDENTE. O BANCO ARRECADADOR permanecerá responsável por todas as atribuições e obrigações previstas no presente CONTRATO, pelo prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento pelos CREDORES e pela CEDENTE da notificação de renúncia enviada pelo BANCO ARRECADADOR nesse sentido, ou até a designação pelas PARTES de um novo BANCO ARRECADADOR, o que ocorrer primeiro.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O banco que substituir o BANCO ARRECADADOR deverá aderir integralmente aos termos e condições deste CONTRATO e sucederá o BANCO ARRECADADOR em todos

os direitos e obrigações aqui previstos mediante celebração de aditivo a este CONTRATO.

### **DÉCIMA TERCEIRA**

#### **EXECUÇÃO ESPECÍFICA**

As obrigações assumidas neste CONTRATO poderão ser objeto de execução específica por iniciativa do BNDES e/ou do AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente CONTRATO e/ou dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Sem prejuízo das garantias prestadas neste CONTRATO ou de outras garantias prestadas ou que venham a ser prestadas em função dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, os CREDORES poderão utilizar, reter ou compensar quaisquer outras garantias e valores que tenham em seu poder da CEDENTE, desde que em consonância com os demais documentos relacionados aos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, em especial, o CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Em caso de inadimplemento e vencimento antecipado do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES e/ou da ESCRITURA DE EMISSÃO, o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO poderão, em conjunto ou separadamente, imediatamente executar a cessão fiduciária objeto deste CONTRATO e exercer todos os direitos e poderes conferidos aos CREDORES, nos termos do Parágrafo Terceiro do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com a redação dada pela Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, do artigo 19, IV, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e dos demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive, sem limitação, proceder à utilização imediata dos montantes depositados na CONTA CENTRALIZADORA, nas CONTAS RESERVA, na hipótese de inadimplemento, para liquidação das obrigações assumidas pela CEDENTE nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, em qualquer caso independentemente de aviso prévio ou notificação, sendo que a liquidação parcial das obrigações assumidas pela CEDENTE nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO não exonerará a CEDENTE, que continuará responsável pelo saldo remanescente das obrigações assumidas por ela nos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO.

### **DÉCIMA QUARTA**

#### **VIGÊNCIA**

Este CONTRATO entra em vigor nesta data e permanecerá válido e eficaz até a final e total liquidação de todas as obrigações dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, sendo certo que os CREDORES deverão comunicar o BANCO ARRECADADOR acerca de eventual prorrogação e/ou término dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO (ainda que por liquidação antecipada ou vencimento antecipado do mesmo), para liberação da garantia ora prevista. Quando do término de ambos os INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO e após a liberação de todos e quaisquer recursos eventualmente

mantidos nas contas referidas neste CONTRATO, a CEDENTE autoriza, desde já, em caráter irrevogável, irretratável e incondicional, o BANCO ARRECADADOR a proceder, automaticamente, ao encerramento de tais contas.

#### **DÉCIMA QUINTA**

##### **DESPESAS**

Todas as despesas para a constituição da garantia objeto deste CONTRATO, tais como, mas não limitadas, as despesas decorrentes do registro e averbações deste CONTRATO e dos demais atos e documentos que venham a ser exigidos pelas repartições e cartórios competentes para o regular exercício de qualquer direito dele decorrente são de responsabilidade exclusiva da CEDENTE.

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Quaisquer despesas que venham ou tenham que ser realizadas pelos CREDITORES ou pelo BANCO ARRECADADOR serão reembolsadas pela CEDENTE dentro de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de notificação nesse sentido, desde que pertinentes ao objeto deste CONTRATO e previamente comprovadas.

##### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A CEDENTE será responsável por pagar ou reembolsar aos CREDITORES todos os tributos e contribuições que eventualmente venham a incidir em virtude da garantia ora prestada e à sua execução na forma prevista neste CONTRATO, incluindo-se aqueles incidentes sobre movimentações financeiras.

#### **DÉCIMA SEXTA**

##### **CESSÃO DOS DIREITOS DECORRENTES DESTE CONTRATO**

A CEDENTE e o BANCO ARRECADADOR não poderão ceder ou transferir, no todo ou em parte, quaisquer de seus direitos e obrigações previstos neste CONTRATO sem o prévio consentimento dos CREDITORES. Os CREDITORES, observadas as disposições regulamentares vigentes e, em especial as DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES, poderão ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos mesmos, para outras instituições financeiras, as quais os sucederão em todos os seus direitos e obrigações, desde que haja anuência da CEDENTE e do BANCO ARRECADADOR. A CEDENTE se obriga a celebrar todo e qualquer instrumento que venha a ser solicitado pelos CREDITORES para formalizar o ingresso de um cessionário dos CREDITORES e a CEDENTE se obriga ainda a registrá-lo, às suas expensas, nos termos deste CONTRATO.

#### **DÉCIMA SÉTIMA**

##### **AUTONOMIA DAS CLÁUSULAS**

Se qualquer item ou cláusula deste CONTRATO vier a ser considerado ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes. As PARTES, desde já, se comprometem a negociar, no menor prazo possível, item ou cláusula que, conforme o caso, venha a substituir o item ou cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz. Nessa negociação, deverá ser considerado o objetivo das PARTES na data de assinatura deste CONTRATO, bem como o contexto no qual o item ou cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz foi inserido.

## **DÉCIMA OITAVA**

### **REGISTRO**

Imediatamente após a assinatura deste CONTRATO, a CEDENTE deverá registrá-lo no Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro e de domicílio de todas as PARTES deste CONTRATO, e, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao registro, deverá fornecer a cada um dos CREDORES uma via original deste CONTRATO devidamente registrada.

## **VIGÉSIMA PRIMEIRA**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Nenhuma ação ou omissão de qualquer das PARTES importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente CONTRATO. Os direitos e recursos previstos neste CONTRATO são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Qualquer comunicação relacionada a este CONTRATO, desde que não disposto de forma contrária ou referida neste CONTRATO, deverá ser feita de uma das seguintes formas: (i) por escrito e entregue por correspondência registrada ou ao portador, ou (ii) via fac-símile, para o endereço ou número de fax abaixo indicado, ou para outro endereço que a(s) Parte(s) fornecer(em), por escrito, às demais.

#### **a) Se para a CEDENTE:**

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

Endereço: xxxxxxxxxxxx

xxxxxx - xx

CEP xxxxxxxx

Telefone: (55 xx) xxxxxxxx

Fax: (55 xx) xxxxxxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxxxxxx

At: xxxxxxxx

#### **b) Se para o BANCO ARRECADADOR:**

xxxxxxxxxx

Endereço: xxxxxxxxxxxx

xxxxxx - xx

CEP xxxxxxxx

Telefone: (55 xx) xxxxxxxx

Fax: (55 xx) xxxxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxxxx

At: xxxxxxxx

**c) Se para o BNDES:**

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Endereço: Avenida República do Chile, nº 100, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20031-917

Tel.: (55 21) 2172-8110

Fax: (21) 2172-6236

E-mail: mleal@bndes.gov.br

At.: Chefe do Departamento de Energia Elétrica

**d) Se para o AGENTE FIDUCIÁRIO:**

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Endereço: Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro - RJ

CEP 22640-102

Telefone: (55 xx) xxxxxxxx

Fax: (55 xx) xxxxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxxxx

At: xxxxxxxx

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Qualquer comunicação, nos termos deste CONTRATO, será válida e considerada entregue na data de seu recebimento, conforme comprovado mediante protocolo assinado pela Parte à qual for entregue ou, em caso de transmissão, por fac-símile ou correio, com aviso de recebimento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**



As PARTES são consideradas contratantes independentes e nada do presente CONTRATO criará qualquer outro vínculo entre elas, seja pelo aspecto empregatício, seja por quaisquer outros aspectos, tais como agente comercial, sociedade subsidiária, representação legal ou associação de negócios.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

As PARTES reconhecem, expressamente, que a execução/prestação dos serviços ora contratados não gerará qualquer relação de emprego entre as PARTES ou seus empregados ou prepostos.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

Todas as obrigações assumidas no presente CONTRATO serão exigidas e cumpridas exclusivamente pelo BANCO ARRECADADOR sujeitas às leis do Brasil, incluindo qualquer ato governamental, ordem, decretos e regulamentações.

#### **PARÁGRAFO SEXTO**

Aplicam-se a este CONTRATO, fazendo parte integrante do mesmo, as DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES, no que couber.

### **VIGÉSIMA SEGUNDA**

#### **FORO**

As PARTES elegem o foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado ou especializado que seja, como o competente para conhecer e julgar ações ajuizadas em razão deste CONTRATO.

As folhas do presente CONTRATO são rubricadas por Fernanda Moreira Cezar, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 04 (quatro) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro,        de        de        .

**Pelo BNDES:**

---

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

**Pelo AGENTE FIDUCIÁRIO:**

---

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

**Pelo BANCO ARRECADADOR:**

---

[•]

**Pela CEDENTE:**

---

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:

Identidade:

CPF:

---

Nome:

Identidade:

CPF:

**ANEXO I AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO  
DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS**

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0247.1 (CONTRATO DE FINANCIAMENTO DO BNDES)

e

Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (ESCRITURA DE EMISSÃO)

**ANEXO II AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS,  
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS**

**NOTIFICAÇÃO AO ONS**

.....[local]....., .... de ..... de .....

Ao

(ONS)

**Ref.: Contrato de Cessão  
Fiduciária de Direitos, Administração  
de Contas e Outras Avenças, de .....  
de ..... de ...**

Prezados Senhores:

Pela presente, comunicamo-lhes que, pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças em referência, constituímos em favor do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES e do PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures, para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações financeiras referentes ao “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0247.1” e ao “Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.”, a garantia de cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de que a LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A. (“CEDENTE”) é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 003/2010-ANEEL, celebrado em 12 de julho de 2010, e provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 013/2010, em 01 de setembro de 2010, compreendendo, mas não se limitando a:

- a) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à CEDENTE, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão nº 003/2010-ANEEL;
- b) os direitos creditórios da CEDENTE, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão nº 003/2010-ANEEL, no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 013/2010 e nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as concessionárias de transmissão e as usuárias do sistema de transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão;

- c) os direitos creditórios da CONTA CENTRALIZADORA, da CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA e da CONTA SEGURADORA, constituídas conforme dispõe o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças supracitado; e
- d) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da CEDENTE que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão 003/2010-ANEEL, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 013/2010, ou decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela CEDENTE.

Em virtude da contratação da operação referida, vimos notificar-lhes, ainda, que:

- a) quaisquer pagamentos que venham a ser devidos em decorrência dos direitos cedidos fiduciariamente acima descritos, deverão ser efetuados exclusivamente na conta corrente nº XXXX, agência XXXX, mantida junto ao BANCO XXXX (Banco nº XXX);
- b) qualquer alteração da conta corrente mencionada acima deverá ser precedida da expressa anuência do BNDES e do BANCO XXXX.

Aproveitamos o ensejo para reforçar que, a partir da data do recebimento desta notificação, eventuais valores devidos em virtude dos Direitos Cedidos somente serão considerados quitados após o depósito na já mencionada conta corrente mantida junto ao BANCO XXXX.

Caso V.Sas. pagueм à LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A. e recebam quitação, responderão, solidariamente, por perdas e danos, nos termos da lei, perante o BNDES e o BANCO XXXXX.

Qualquer alteração nos termos e instruções desta notificação somente poderá ser feita com prévia e expressa autorização do BNDES e do BANCO XXXXX.

Atenciosamente,

---

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

**ANEXO III AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS,  
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS**

**NOTIFICAÇÃO À ANEEL**

[Local], ..., de ..... de .....

À

[ANEEL]

**Ref.: Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos,  
Administração de Contas e Outras Avenças, de  
..... de ..... de ...**

Pela presente, comunicamo-lhes que, pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças em referência, constituímos em favor do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES e do PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures, para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações financeiras referentes ao “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0247.1” e ao “Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.”, a garantia de cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de que a LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A. (“CEDENTE”) é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 003/2010-ANEEL, celebrado em 12 de julho de 2010, e provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 013/2010, em 01 de setembro de 2010, compreendendo, mas não se limitando a:

- a) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à CEDENTE, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão nº 003/2010-ANEEL;
- b) os direitos creditórios da CEDENTE, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão nº 003/2010-ANEEL, no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 013/2010 e nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as concessionárias de transmissão e as usuárias do sistema de transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão;
- c) os direitos creditórios da CONTA CENTRALIZADORA, da CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA e da CONTA SEGURADORA, constituídas conforme dispõe

o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças supracitado; e

- d) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da CEDENTE que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão 003/2010-ANEEL, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 013/2010, ou decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela CEDENTE.

Em virtude da contratação da operação referida, vimos notificar-lhes, ainda, que:

- a) quaisquer pagamentos que venham a ser devidos em decorrência dos direitos cedidos fiduciariamente acima descritos, deverão ser efetuados exclusivamente na conta corrente nº XXXX, agência XXXX, mantida junto ao BANCO XXXX (Banco nº XXX);
- b) qualquer alteração da conta corrente mencionada acima deverá ser precedida da expressa anuência do BNDES e do BANCO XXXX.

Aproveitamos o ensejo para reforçar que, a partir da data do recebimento desta notificação, eventuais valores devidos em virtude dos Direitos Cedidos somente serão considerados quitados após o depósito na já mencionada conta corrente mantida junto ao BANCO XXXX.

Caso V.Sas. paguem à LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A. e recebam quitação, responderão, solidariamente, por perdas e danos, nos termos da lei, perante o BNDES e o BANCO XXXXX.

Qualquer alteração nos termos e instruções desta notificação somente poderá ser feita com prévia e expressa autorização do BNDES e do BANCO XXXXX.

Atenciosamente,

---

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

**ANEXO IV AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS,  
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS**

**NOTIFICAÇÃO**

.....[local]....., .... de ..... de .....

Ao

[•]

**Ref.: Contrato de Cessão  
Fiduciária de Direitos, Administração  
de Contas e Outras Avenças, de .....  
de ..... de ...**

Prezados Senhores:

Pela presente, comunicamo-lhes que, pelo Contrato em referência, constituímos, em favor do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES e do PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures, para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações financeiras referentes ao “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0247.1” e ao “Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.”, a garantia de cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, da totalidade dos direitos creditórios de nossa titularidade decorrentes da prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica, inclusive a totalidade da receita proveniente do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, firmado entre V.Sas. e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Tendo em vista a obrigação contratual assumida por V.Sas., notificamos essa empresa, na qualidade de signatária do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão acima indicado, a efetuar os pagamentos devidos **exclusivamente** no banco depositário relacionado abaixo:

Banco: xxx

Agência: xxx

Conta: xxxx



Aproveitamos o ensejo para reforçar que, a partir da data do recebimento desta notificação, eventuais valores devidos em virtude dos Direitos Cedidos somente serão considerados quitados após o depósito na já mencionada conta corrente mantida junto ao BANCO XXXX.

Caso V.Sas. paguem à LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A. e recebam quitação, responderão, solidariamente, por perdas e danos, nos termos da lei, perante o BNDES e o BANCO XXXXX.

Qualquer alteração nos termos e instruções desta notificação somente poderá ser feita com prévia e expressa autorização do BNDES e do BANCO XXXXX.

Atenciosamente,

---

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

**ANEXO V AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO  
DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS**

**INVESTIMENTOS PERMITIDOS**

1. O BANCO ARRECADADOR, se assim for instruído pela CEDENTE, aplicará os recursos das CONTAS RESERVA somente em fundo de investimento exclusivo e/ou aplicações financeiras lastreados em títulos públicos federais, de baixo risco, que possuam liquidez diária, administrados pelo BANCO ARRECADADOR. As aplicações acima mencionadas deverão estar de acordo com a legislação vigente.
2. A CEDENTE poderá, a cada momento, fornecer ao BANCO ARRECADADOR instruções específicas sobre a forma de aplicação dos recursos das CONTAS RESERVA, dentro dos termos descritos no item anterior.
3. Os rendimentos oriundos das aplicações assim realizadas, deduzidos os impostos e as despesas devidas, serão creditados na CONTA MOVIMENTO, desde que a CEDENTE esteja adimplente com todas as obrigações do CONTRATO e dos INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO.
4. O BANCO ARRECADADOR não agirá na qualidade de consultor financeiro da CEDENTE ou dos CREDORES, nos termos deste CONTRATO. Os recursos depositados nas contas referidas no CONTRATO serão investidos estritamente de acordo com os termos aqui dispostos.

**Anexo II-B ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Linha de Transmissão de Montes Claros S.A. - Contrato de Penhor de Ações**

**CONTRATO DE PENHOR DA TOTALIDADE DAS AÇÕES DE EMISSÃO DA LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A., QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, O XXXXXXXXXX E A LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., COM INTERVENIÊNCIA DE TERCEIRO, NA FORMA ABAIXO.**

a **LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, doravante denominada "**LINTRAN**", sociedade anônima, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.622, Centro, CEP 20020-080, inscrita no CNPJ sob o nº 08.928.273/0001-02, por seus representantes ao final assinados;

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, doravante denominado simplesmente "**BNDES**", empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes ao final assinados; e

o **XXXXXX**, doravante denominado simplesmente "**XXXXXXXXXX**", **XXXXX**, com sede **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, por seus representantes ao final assinados;

sendo o BNDES e o **XXXXXX**, em conjunto, doravante denominados "**CREDORES**" e, individualmente, "**CREDOR**";

e, comparecendo, ainda, como **INTERVENIENTE**:

a **LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.**, sociedade anônima, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.619, Centro, CEP 20020-080, inscrita no CNPJ sob o nº 11.620.646/0001-98, por seus representantes ao final assinados;

sendo a LINTRAN, os CREDORES e a INTERVENIENTE, em conjunto doravante denominados "**PARTES**";

**CONSIDERANDO que:**

1. a INTERVENIENTE foi constituída para a implantação e operação do sistema de transmissão, objeto do Leilão ANEEL 05/2009, composto pela Linha de Transmissão Pirapora 2 – Montes Claros 2, com 162 km de extensão em 345 kV, e pelas subestações Itabirito 2 e Padre Fialho, todas no Estado de Minas Gerais, (doravante denominado "**PROJETO**"), cuja concessão foi formalizada por meio do Contrato de Concessão nº 003/2010-ANEEL, celebrado em 12 de julho de 2010, entre a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a INTERVENIENTE, (doravante denominado, com seus posteriores aditivos, "**CONTRATO DE CONCESSÃO**"), tendo a INTERVENIENTE celebrado com o

Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 013/2010, em 01 de setembro de 2010 (doravante denominado, com seus aditivos, “**CPST**”);

2. para que a INTERVENIENTE execute a implantação do PROJETO, o BNDES e o XXXXXXXX aprovaram a concessão de crédito à INTERVENIENTE e celebraram nesta data, respectivamente, os contratos abaixo descritos (doravante denominados, em conjunto, “**CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**”):
  - 2.1 para formalizar a concessão de crédito à INTERVENIENTE, o BNDES celebrou, com a INTERVENIENTE o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0247.1, no valor de R\$ 123.120.000,00 (cento e vinte e três milhões e cento e vinte mil reais), de xx de xxxxx de 2012; e
  - 2.2 para formalizar a concessão de crédito à INTERVENIENTE, o XXXXXXXX, celebrou, em XXXXXXXX, com a INTERVENIENTE a Escritura Particular de Emissão de Debêntures, no valor de R\$ xxxx (xxxxxx de reais), de xx de xxxxx de 2012;
3. a LINTRAN é plena e legítima titular de 999.999 ações representativas do capital social da INTERVENIENTE, doravante denominadas simplesmente “**AÇÕES**”, exceto xxx (xxxxx) ações ordinárias nominativas de emissão da INTERVENIENTE pertencentes à Cobra Instalaciones y Servicios S.A. e aos membros do Conselho de Administração da INTERVENIENTE;
4. a fim de garantir o pagamento de todas as obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, a LINTRAN dá em garantia, aos CREDORES, a totalidade das AÇÕES de que é titular, representativas de 99,9999% (cem por cento), do capital social da INTERVENIENTE, bem como ações e títulos conversíveis em ações, que vierem a ser emitidos pela INTERVENIENTE, seus rendimentos e outros direitos inerentes a tais ações e títulos;
5. as garantias que asseguram o cumprimento integral das obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, doravante denominadas simplesmente “**GARANTIAS**”, estão consubstanciadas nos seguintes instrumentos: (i) o presente CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS; (ii) CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS; e (iii) os CONTRATOS DE FINANCIAMENTO;
6. as garantias que asseguram o cumprimento integral das obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO serão compartilhadas entre os CREDORES na proporção da participação de cada um dos CREDORES no total financiado à INTERVENIENTE, nos termos do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS E OUTRAS AVENÇAS celebrado entre os CREDORES;

têm as PARTES entre si justa e acertada a celebração do presente CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS, doravante denominado “**CONTRATO**”, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas, subordinando-se, também, às cláusulas e condições dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, conforme o caso:

## **CLÁUSULA 1. PENHOR DAS AÇÕES**

1.01. Para assegurar o pagamento de todas as obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, doravante denominadas, conjuntamente, "**OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**", incluindo, sem se limitar, aquelas relativas ao principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, bem como o ressarcimento de todo e qualquer valor que os CREDORES venham a desembolsar em razão da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos, da execução do penhor ora prestado, conforme previsto neste CONTRATO e/ou da execução das demais GARANTIAS, a LINTRAN, neste ato, empenha, em primeiro e único grau, em favor dos CREDORES, em caráter irrevogável e irretratável, em conformidade com o artigo 1.431 e seguintes do Código Civil e o artigo 39 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (a "**LEI DAS S.A.**"), observado o disposto nos artigos 25 e 26 das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", os bens e direitos abaixo descritos, coletivamente referidos como "**BENS EMPENHADOS**":

- a) todas as AÇÕES representativas do capital social da INTERVENIENTE de titularidade da LINTRA, a saber:
- b) 999.999 (novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal detidas pela LINTRAN;
- c) todas as novas ações de emissão da INTERVENIENTE que a LINTRAN venha a subscrever ou adquirir no futuro, durante a vigência do presente CONTRATO, seja na forma dos artigos 167, 169 e 170 da LEI DAS S.A., seja por força de bonificações, desmembramentos ou grupamentos das AÇÕES, seja por consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as ações originalmente empenhadas (as quais, uma vez adquiridas pela LINTRAN, integrarão, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, a definição de AÇÕES constante do item 3 do preâmbulo do presente CONTRATO para todos os fins e efeitos de direito), as quais ficarão automaticamente garantidas no presente penhor, aplicando-se às mesmas todos os termos e condições deste CONTRATO;
- d) todos os frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações) e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pela INTERVENIENTE em relação às AÇÕES, de propriedade da LINTRAN, bem como debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da LINTRAN no capital social da INTERVENIENTE, além de direitos de preferência e opções, que venham a ser subscritos ou adquiridos pela mesma até a liquidação dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, observado o disposto na Cláusula 9;
- e) todos os valores e bens recebidos ou, de qualquer forma, distribuídos à LINTRAN a título de qualquer cobrança, permuta, venda ou outra forma de disposição de qualquer das AÇÕES, de quaisquer bens ou títulos nos quais as AÇÕES sejam convertidas e de quaisquer outros bens ou títulos sujeitos ao presente penhor (incluindo qualquer depósito, valor mobiliário ou título negociável); e

- f) todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens ou direitos eventualmente adquiridos pela LINTRAN com o produto da realização dos bens objeto da garantia mencionada nos itens (a) a (d) acima.

1.02. Para atender ao disposto no artigo 1.424 do Código Civil, os CONTRATOS DE FINANCIAMENTO encontram-se anexados ao presente CONTRATO, constituindo parte integrante do mesmo, para todos os efeitos legais (Anexo 1).

1.03. Não obstante o disposto no item 1.02 acima, as PARTES declaram e reconhecem, para os efeitos dos artigos 1.424, incisos I a III, do Código Civil, que as principais condições dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO são as seguintes:

I) CONTRATO DE FINANCIAMENTO BNDES com as seguintes características principais:

- a) valor da dívida: R\$ 123.120.000,00 (cento e vinte e três milhões e cento e vinte mil reais);
- b) prazo para pagamento:

SUBCRÉDITOS	FINALIDADE	PRAZO DE AMORTIZAÇÃO	INÍCIO DE AMORTIZAÇÃO
A	Obras civis e demais itens gerais financiáveis	168 meses	15/01/2013
B	Máquinas e equipamentos FINAME	168 meses	15/01/2013
C	Investimentos Sociais	148 meses	15/01/2013

c) taxa de juros:

- (i) para o Subcrédito "A" é de 2,58% (dois inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP;
- (ii) para o Subcrédito "B" é de 2,18% (dois inteiros e dezoito centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP; e
- (iii) para o Subcrédito "C" incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

II) CONTRATOS DE FINANCIAMENTO xxxxxxxxx com as seguintes características principais:

- a) Contrato Particular de financiamento;

a.1) valor da dívida: R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);

a.2) prazo para pagamento:

FINALIDADE	PRAZO DE AMORTIZAÇÃO	INÍCIO DE AMORTIZAÇÃO
Investimentos da LT e subestações	192	10/08/2015

a.3) taxa de juros: Na implantação 0,15% + TJLP ao ano; e

Após implantação 1,65% + TJLP ao ano;

1.04. No prazo de 15 (quinze) dias úteis após a subscrição ou aquisição de quaisquer ações, valores mobiliários ou direitos mencionados na Cláusula 1.01, a LINTRAN obriga-se a notificar, por escrito, os CREDITORES, informando a ocorrência daqueles eventos, bem como a tomar todas as providências necessárias para formalizar o penhor em favor dos CREDITORES sobre as ações, valores mobiliários, bens e direitos, que passarão a integrar, para todos os efeitos legais, os BENS EMPENHADOS, na forma prevista neste CONTRATO.

## **CLÁUSULA 2. ANUÊNCIA E AUTORIZAÇÃO**

2.01. A INTERVENIENTE declara-se ciente e concorda, desde já, com os termos do penhor ora constituído em favor dos CREDITORES. A LINTRAN autoriza, neste ato, a INTERVENIENTE, nos termos do artigo 1.453 do Código Civil, e para fins do disposto no artigo 1.455 do mesmo diploma legal, a entregar aos CREDITORES, ou à sua ordem, nas épocas devidas, mediante simples comunicação destes, os bens e direitos empenhados descritos nas alíneas (a), (b), (c), (d), e (e) da Cláusula 1.01, somente destes podendo receber quitação, sob pena de responsabilidade solidária por perdas e danos, nos termos da lei, perante os CREDITORES.

## **CLÁUSULA 3. DIREITOS DE VOTO**

3.01. A LINTRAN poderá exercer livremente somente o direito de voto em relação às AÇÕES, nas assembleias de acionistas da INTERVENIENTE, ficando, contudo, ressalvada, nos termos do art. 113 da Lei das S.A., a necessidade de prévio consentimento, por escrito, dos CREDITORES em se tratando de deliberação sobre as matérias relacionadas nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, para as quais se exija a prévia e expressa autorização dos CREDITORES.

3.02. A LINTRAN e a INTERVENIENTE obrigam-se a comunicar ao BNDES e ao xxxxxxxx, a convocação de qualquer Assembleia Geral de Acionistas, Reunião do Conselho de Administração ou Reunião de Diretoria da INTERVENIENTE, em que forem deliberadas



quaisquer das matérias contempladas na Cláusula 3.01 acima, com 10 (dez) dias de antecedência. A LINTRAN obriga-se ainda a comparecer a tais assembléias e reuniões e a exercer o seu direito de voto, aprovando ou rejeitando as matérias objeto de votação conforme o disposto no item 3.01 desta Cláusula.

#### **CLÁUSULA 4. AVERBAÇÃO DO PENHOR E REGISTRO DO CONTRATO**

4.01. No prazo de 3 (três) dias a contar da assinatura do presente CONTRATO ou de qualquer emissão, recebimento ou aquisição de quaisquer ações de emissão da INTERVENIENTE, a LINTRAN deverá fazer com que a INTERVENIENTE proceda à averbação do penhor constituído por meio deste CONTRATO no Livro de Registro de Ações Nominativas da INTERVENIENTE, à margem dos lançamentos pertinentes às ações de propriedade da LINTRAN, em conformidade com o disposto no artigo 39 da Lei das S.A., com a seguinte anotação: *"Todas as ações de emissão da LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A., quer existentes atualmente ou no futuro emitidas, de propriedade da LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. foram empenhadas em favor do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES e do XXXXXX, nos termos do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, arquivado na sede da Companhia"*; bem como fornecer aos CREDORES, em até 20 (vinte) dias após a assinatura deste CONTRATO, ou de qualquer emissão, recebimento ou aquisição de quaisquer ações de emissão da INTERVENIENTE, comprovação da aludida averbação em forma e teor satisfatórios aos CREDORES.

4.02. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de assinatura deste CONTRATO e de qualquer aditivo subsequente, a LINTRAN deverá registrar este CONTRATO no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e das sedes de todas as partes contratantes, devendo fornecer comprovação desses registros aos CREDORES, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da obtenção dos mesmos, aplicando-se esta mesma regra em caso de celebração de futuros aditivos ao presente CONTRATO.

4.03. A INTERVENIENTE e a LINTRAN deverão cumprir com quaisquer outros requisitos e/ou formalidades oriundos da legislação aplicável e fornecer comprovações do cumprimento de tais requisitos aos CREDORES, que venham a ser instituídos no futuro e que sejam necessários para a preservação integral do direito real de garantia outorgado por meio deste CONTRATO aos CREDORES ou quaisquer de seus sucessores legais ou cessionários. Na ausência de definição de outro prazo pelas Partes, em comum acordo, a comprovação do cumprimento dos registros, requisitos e formalidades de que trata esta cláusula deverá ser encaminhada aos CREDORES no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de cumprimento do respectivo requisito.

4.04. Caso os comprovantes a que se referem as cláusulas 4.01, 4.02 e 4.03 acima não sejam encaminhados aos CREDORES no prazo devido, fica facultado a estes realizar os registros, requisitos e formalidades a que se referem tais cláusulas, sem prejuízo do disposto na cláusula 4.05 abaixo.

4.05. Todas e quaisquer despesas decorrentes do registro deste CONTRATO e dos documentos que dele façam ou venham a fazer parte (inclusive aditamentos ao mesmo) correrão por conta da INTERVENIENTE.

## **CLÁUSULA 5. DECLARAÇÕES**

5.01. A LINTRAN declara e garante aos CREDORES que:

- a) é uma sociedade devidamente constituída, em conformidade com as leis do Brasil, possuindo plena capacidade jurídica para celebrar este CONTRATO e cumprir as obrigações ora assumidas;
- b) foram apresentadas todas as aprovações societárias necessárias e todos os atos contratualmente exigidos para autorizar a celebração deste CONTRATO e a constituição do presente penhor, de acordo com os termos aqui estabelecidos;
- c) este CONTRATO constitui uma obrigação legal, válida e exeqüível, de acordo com seus termos e em conformidade com a legislação aplicável, e não há qualquer fato impeditivo ao presente penhor;
- d) a celebração e a execução deste CONTRATO não constituem violação de seu estatuto social, ou quaisquer outros documentos societários a ele relativo; não resulta em inadimplemento de qualquer acordo ou contrato em que sejam parte ou por intermédio do qual estejam gravados seus bens; nem implica o descumprimento de qualquer lei, decreto ou regulamento, ou o descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, arbitral ou judicial de que a LINTRAN tenha conhecimento ou a que esteja sujeita;
- e) observou todas as normas, cumpriu todas as determinações legais e de natureza administrativa e obteve todas as autorizações, permissões, licenças e demais atos que porventura fossem necessários para a válida e eficaz constituição, execução e cumprimento do presente CONTRATO, exceto no que se refere às averbações previstas na Cláusula 4.01 e ao registro na Cláusula 4.02;
- f) é a legítima titular e proprietária das AÇÕES, que foram validamente emitidas e constituem a totalidade das ações ordinárias detidas, nesta data, pela LINTRAN, estando em sua posse mansa e pacífica e não estando sujeitas a quaisquer opções, ônus, alienação, caução, penhor, encargos ou gravames de qualquer natureza, inclusive fiscais, com exceção do penhor objeto do presente CONTRATO, não pendendo sobre as AÇÕES e/ou sobre os demais BENS EMPENHADOS qualquer processo ou investigação, judicial ou extrajudicial;
- g) não há procedimentos legais ou administrativos propostos contra a LINTRAN que possam comprometer sua capacidade de pagamento, ou que possam afetar, material e adversamente, suas propriedades ou bens ou o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO; a LINTRAN não tem conhecimento de nenhuma circunstância ou de nenhum fato que possa ter como consequência, no presente ou no futuro, a interposição de procedimentos legais ou administrativos como os descritos neste parágrafo;

- h) as AÇÕES foram validamente emitidas, subscritas e integralizadas e constituem a totalidade das ações emitidas pela INTERVENIENTE detidas pela LINTRAN nesta data, não estando sujeitas a quaisquer restrições de transferência ou venda, exceto pelo disposto no presente CONTRATO e nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO;
- i) não há quaisquer opções remanescentes ou autorizadas, fianças, opções de compra, subscrições, direitos, compromissos ou quaisquer outros contratos de qualquer natureza obrigando a INTERVENIENTE a emitir quaisquer ações ou garantias que se convertam ou comprovem o direito de comprar ou subscrever quaisquer das ações por ela emitidas;
- j) a procuração para excussão dos BENS EMPENHADOS, outorgada pela LINTRAN nos termos da Cláusula 7.03 do presente CONTRATO, foi devida e validamente outorgada e formalizada e confere aos CREDORES os poderes nela expressos (na forma do Anexo 2); a LINTRAN não outorgou qualquer outra procuração ou documento semelhante, nem assinou qualquer outro instrumento ou contrato com relação à excussão dos BENS EMPENHADOS, exceto conforme exigido ou contemplado nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; e
- k) conhece e concorda com todos os termos e condições dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, e reitera, de forma integral e sem ressalvas, todas as declarações e garantias por ela outorgadas nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO.

#### **CLÁUSULA 6. OBRIGAÇÕES DA LINTRAN**

6.01. Até o pagamento integral das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, a LINTRAN obriga-se a:

- a) sem o prévio consentimento, por escrito, dos CREDORES, não: (i) constituir nem permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza (inclusive opções, direitos de preferência e promessas de alienação) sobre os BENS EMPENHADOS, exceto conforme os CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; (ii) vender, ceder, transferir, dispor, permutar ou, por outra forma, alienar os BENS EMPENHADOS, exceto conforme os CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; (iii) restringir, depreciar ou diminuir a garantia, o seu poder de controle na INTERVENIENTE e os direitos criados por este CONTRATO ou a capacidade dos CREDORES de executar a garantia criada por este CONTRATO; (iv) diluir sua participação no capital social da INTERVENIENTE, exceto conforme os CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; e (v) propor, isoladamente ou em conjunto com qualquer outro credor, qualquer procedimento visando à declaração de falência ou insolvência da INTERVENIENTE;
- b) manter, durante toda a vigência deste Instrumento, todas as AÇÕES empenhadas, em primeiro e único grau, em favor dos CREDORES, bem como todas as autorizações, obrigações, declarações e garantias aqui previstas sempre válidas e eficazes, e não criar ou permitir que seja criado qualquer ônus, gravame ou encargo sobre as AÇÕES, salvo o penhor previsto neste CONTRATO, sob pena das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS serem declaradas antecipadamente vencidas;

- c) defender de forma tempestiva e eficaz os direitos e interesses em relação aos BENS EMPENHADOS em face de quaisquer reivindicações ou pleitos apresentados por quaisquer terceiros;
- d) de forma tempestiva, praticar, às suas expensas, todos os atos e assinar todo e qualquer documento necessário à manutenção dos direitos e poderes previstos no presente CONTRATO que sejam solicitados, por escrito, pelos CREDITORES;
- e) pagar, ou fazer com que o contribuinte definido pela legislação tributária pague, antes da incidência de quaisquer multas, penalidades, juros ou despesas, todos os tributos, contribuições e outras taxas governamentais ou não governamentais, presente ou futuramente incidentes, sobre os BENS EMPENHADOS e pagar ou fazer com que sejam pagas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias que, caso não sejam pagas, possam gozar de prioridade sobre as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS;
- f) requerer anuência prévia aos CREDITORES para: (i) a criação, após a celebração deste CONTRATO, de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer BENS EMPENHADOS (exceto a criação involuntária de quaisquer ônus ou gravames, conforme declaradas judicialmente); e (ii) a ocorrência de qualquer outro evento que possa vir a ter um efeito adverso sobre a garantia criada por este CONTRATO;
- g) informar aos CREDITORES a ocorrência de qualquer evento que resulte ou que possa resultar em que as declarações prestadas na Cláusula 5 se tornem inverídicas ou incompletas;
- h) fornecer aos CREDITORES todas as informações e documentos comprobatórios com relação aos BENS EMPENHADOS que sejam solicitados de forma a permitir que os CREDITORES executem as disposições do presente CONTRATO;
- i) reembolsar os CREDITORES, mediante solicitação, de todos os custos e despesas incorridos e devidamente documentados na preservação de seus respectivos direitos sobre os BENS EMPENHADOS e no exercício ou execução de quaisquer dos direitos nos termos deste CONTRATO;
- j) manter os CREDITORES indenizados de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas comprovadamente incorridos (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias devidamente documentadas): (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento de todos os tributos eventualmente incidentes ou devidos relativamente a qualquer parte dos BENS EMPENHADOS a serem recolhidos pela INTERVENIENTE ou pela LINTRAN, conforme definido pela legislação tributária; (ii) referentes ou resultantes de qualquer violação, pela LINTRAN, de qualquer de suas declarações contidas na Cláusula 5 deste CONTRATO ou das obrigações assumidas nesta Cláusula ou de qualquer outra disposição deste CONTRATO; e (iii) referentes à criação e à formalização do penhor aqui previsto (incluindo, mas sem limitação, os procedimentos previstos na Cláusula 4);
- k) constituir o penhor sobre as ações, valores mobiliários conversíveis em ações e direitos que venham a ser subscritos ou adquiridos, na forma da Cláusula 1.01, bem como notificar os CREDITORES, nos termos da Cláusula 1.04;

- l) cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, os artigos 27, parágrafo segundo, e 36 das “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16.12.1991, pela Resolução nº 863, de 11.3.1996, pela Resolução nº 878, de 4.9.1996, pela Resolução nº 894, de 6.3.1997, pela Resolução nº 927, de 1.4.1998, pela Resolução nº 976, de 24.9.2001, pela Resolução nº 1.571, de 4.3.2008, pela Resolução nº 1.832, de 15.9.2009, pela Resolução nº 2.078, de 15.3.2011, pela Resolução 2.139, de 30.8.2011 e pela Resolução nº 2.181, de 8.11.2011, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29.12.1987, 27.12.1991, 8.4.1996, 24.9.1996, 19.3.1997, 15.4.1998, 31.10.2001, 25.3.2008, 6.11.2009, 4.4.2011, 13.9.2011 e 17.11.2011, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, à PRESTADORA DA GARANTIA, as quais, após tomarem conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declaram aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste CONTRATO, para todos os fins e efeitos jurídicos;
- m) tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários para a formalização e, se for o caso, excussão do presente penhor dos BENS EMPENHADOS, obrigando-se a tudo praticar e/ou ratificar de modo a possibilitar o bom exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos neste CONTRATO;
- n) fornecer imediatamente, quando assim solicitado, qualquer informação ou documento adicional que os CREDORES possam vir a solicitar relativamente às AÇÕES, respeitando-se sempre a legislação em vigor;
- o) permitir que os CREDORES, conforme o caso, inspecionem os livros e registros contábeis da INTERVENIENTE, sempre mediante comunicação prévia a ser enviada pelos credores, conforme o caso, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- p) mencionar nas demonstrações financeiras, em estrita observância às normas contábeis em vigência a eles aplicáveis, o penhor previsto neste CONTRATO;
- q) manter em pleno vigor e efeito a procuração prevista na Cláusula 7.03 até o integral cumprimento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS;
- r) renunciar expressamente a qualquer prerrogativa legal ou dispositivo contratual com terceiros contrários à instituição do penhor sobre BENS EMPENHADOS, de acordo com este CONTRATO, ou que possam prejudicar o exercício de quaisquer direitos dos CREDORES ou impedir a LINTRAN ou a INTERVENIENTE de cumprir as obrigações contraídas no presente CONTRATO;
- s) renunciar expressamente a todos e quaisquer direitos de preferência ou opção que detenha em decorrência de acordos de acionistas ou quaisquer outros acordos, com relação aos BENS EMPENHADOS na hipótese de excussão do presente penhor; e
- t) renunciar expressamente ao direito de sub-rogação nos direitos dos CREDORES contra a INTERVENIENTE, no caso de excussão dos BENS EMPENHADOS.

- 6.02. Para atender ao disposto no artigo 27 da Lei nº 8.987, de 12 de fevereiro de 1995, bem como ao disposto na Cláusula Oitava, Subcláusula Segunda do CONTRATO DE CONCESSÃO, a LINTRAN obterá ou fará com que a INTERVENIENTE obtenha anuência prévia da ANEEL para execução desta garantia.

## **CLÁUSULA 7. EXECUÇÃO DA GARANTIA**

7.01. No caso de decretação de vencimento antecipado dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, os CREDORES poderão, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, agindo diretamente ou por meio de quaisquer procuradores, (i) promover a execução judicial para cobrança das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS e excussão da garantia sobre as AÇÕES nos termos dos Artigos 1.422 e 1.433, inciso IV, do Código Civil, bem como do Artigo 585 e seguintes do Código de Processo Civil; ou (ii) alienar ou excutir os BENS EMPENHADOS (ou parte destes), podendo prontamente vender ou ceder, conferir opção ou opções de compra sobre, ou, por outra forma, alienar e entregar os BENS EMPENHADOS, no todo ou em parte, pelos preços, termos e condições que venha a entender adequados, por meio de venda privada ou pública, pelo critério de melhor preço, na forma do disposto nos artigos 1.433 e 1.435 do Código Civil, sem prejuízo das demais leis aplicáveis e obedecidas as normas legais vigentes, e aplicar os valores assim recebidos de acordo com, respectivamente, os CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e este CONTRATO. Os CREDORES deverão (i) utilizar esses valores para pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, devendo deduzir todas as despesas comprovadas e tributos incidentes, decorrentes da execução dos BENS EMPENHADOS; (ii) deduzir do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO os valores recebidos; e (iii) entregar à LINTRAN o valor que eventualmente sobejar.

7.02. A execução do penhor constituído neste CONTRATO não é impeditiva do exercício, pelos CREDORES, de outras garantias prestadas pela INTERVENIENTE e/ou pela LINTRAN em razão dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e não impede os CREDORES de cobrar da INTERVENIENTE qualquer eventual diferença remanescente da dívida decorrente dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO.

7.03. A LINTRAN, neste ato, nomeia e constitui os CREDORES, de forma irrevogável e irretratável, até a integral liquidação de todas as obrigações, suas e da INTERVENIENTE, decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, como seus procuradores, de acordo com os artigos 661, 684 e 1.433 do Código Civil, com poderes para, na forma da Cláusula 7.01, (i) alienar, integral ou parcialmente, os BENS EMPENHADOS, por meio de venda privada ou pública; (ii) praticar todos os atos e firmar os documentos necessários para promover a venda pública ou privada dos BENS EMPENHADOS, inclusive firmar os respectivos contratos de compra e venda, receber valores, dar quitação e transigir, podendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações que porventura sejam necessários para a efetiva venda e transferência dos BENS EMPENHADOS, podendo representar a LINTRAN perante qualquer autoridade governamental ou terceiros, incluindo a CVM e qualquer bolsa de valores; (iii) obter todas as autorizações mencionadas na Cláusula 5.01, "e"; e (iv) receber dividendos e juros sobre capital próprio pagos em razão das AÇÕES. A LINTRAN obriga-se a entregar instrumento de procuração equivalente a cada sucessor dos CREDORES e, conforme venha a ser exigido, sempre que necessário para assegurar que os CREDORES disponham dos poderes exigidos

para praticar os atos e exercer os direitos aqui previstos, até o cumprimento integral das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.

7.04. A venda amigável dos BENS EMPENHADOS mencionada na Cláusula 7.01 acima se dará pelos CREDORES isoladamente ou em conjunto.

#### **CLÁUSULA 8. LIBERAÇÃO DO PENHOR**

8.01. Este CONTRATO permanecerá em pleno vigor e os BENS EMPENHADOS permanecerão sujeitos ao penhor aqui constituído até que as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS sejam extintas ou até a execução total dos BENS EMPENHADOS, independentemente de qualquer alteração ou novação pactuadas entre os CREDORES e a INTERVENIENTE, referentes aos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, exceto se acordado de outra forma, por escrito, entre as partes contratantes.

8.02. A procuração mencionada na Cláusula 7.03 do presente CONTRATO será automaticamente revogada pela LINTRAN após a emissão, pelos CREDORES, da quitação e liberação, nos termos da Cláusula 8.01 acima.

#### **CLÁUSULA 9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

9.01. Respeitadas as disposições dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e desde que a INTERVENIENTE não esteja em mora no cumprimento de quaisquer OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, frutos ou de rendimentos relativos às AÇÕES poderá ser feito pela INTERVENIENTE diretamente à PRESTADORA DE GARANTIA, estando tais recursos então livres e desonerados do penhor objeto deste CONTRATO e podendo ser livremente utilizados pela LINTRAN.

9.02. Caso a INTERVENIENTE esteja em mora no pagamento de quaisquer OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, a INTERVENIENTE deverá pagar os dividendos, juros sobre o capital próprio, frutos e rendimentos referidos no "caput" diretamente aos CREDORES, conforme instruções a serem emitidas pelos CREDORES.

9.03. Os CREDORES utilizarão os valores recebidos nos termos da Cláusula 9.02 acima para amortizar ou liquidar as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS vencidas.

9.04. Se houver saldo remanescente, será ele devido pela INTERVENIENTE aos CREDORES nos termos dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO.

#### **CLÁUSULA 10. AUTONOMIA DAS CLÁUSULAS**

10.01. No caso de qualquer disposição do CONTRATO ser declarada nula, ineficaz ou inexecutável, as demais permanecerão válidas e eficazes até o pagamento integral das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.

10.02. As partes, desde já, se comprometem a negociar, no menor prazo possível, item ou cláusula que, conforme o caso, venha substituir o item ou cláusula ilegal, inexecutável

ou ineficaz. Nessa negociação deverá ser observado o objetivo das partes na data de assinatura deste CONTRATO, bem como o contexto no qual o item ou cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz foi inserido.

#### **CLÁUSULA 11. RENÚNCIAS E ADITAMENTOS**

11.01. A renúncia a direitos e o aditamento das disposições deste CONTRATO somente serão válidas se acordadas por escrito pelas partes contratantes.

11.02. Nos termos do que dispõe o artigo 71 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", a que se refere a Cláusula 6.01, "I", o não exercício imediato, pelo BNDES, de qualquer faculdade ou direito assegurado nas referidas "DISPOSIÇÕES" e no presente CONTRATO, ou tolerância de atraso no cumprimento de obrigações, não importa em novação ou renúncia ao exercício desse direito ou faculdade, que poderá ser exercido a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA 12. DIREITOS CUMULATIVOS**

12.01. Os direitos e recursos estabelecidos no presente CONTRATO são cumulativos, podendo ser exercidos isolada ou simultaneamente, e não excluem quaisquer direitos ou recursos estabelecidos em lei ou derivados de qualquer outro documento firmado entre as partes.

#### **CLÁUSULA 13. CESSÃO**

13.01. A LINTRAN não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, qualquer de seus direitos e obrigações previstos neste CONTRATO sem o prévio consentimento dos CREDITORES. Os CREDITORES poderão, observadas as disposições regulamentares vigentes e, em especial as DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES, ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos mesmos, para outras instituições financeiras, no todo ou em parte, as quais os sucederão em relação aos direitos e obrigações cedidos. A LINTRAN e a INTERVENIENTE obrigam-se a celebrar todo e qualquer instrumento que venha a ser solicitado pelos CREDITORES para formalizar o ingresso de um cessionário. A LINTRAN e a INTERVENIENTE obrigam-se ainda a registrá-lo, às suas expensas, nos termos deste CONTRATO.

#### **CLÁUSULA 14. NOTIFICAÇÕES**

14.01. Qualquer comunicação relacionada a este CONTRATO deverá ser feita por escrito e entregue por correspondência registrada, via fac-símile ou ao portador, para o endereço ou número de fax abaixo indicado, ou para outro endereço que as partes fornecerem, por escrito, às demais partes:



a) Se para a LINTRAN:

LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Endereço: xxxxxxxxxxxx

xxxxxx - xx

CEP xxxxxxxx

Telefone: (55 xx) xxxxxxxx

Fax: (55 xx) xxxxxxxxxxxx

b) Se para o BNDES:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Endereço: Avenida República do Chile, nº 100, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20031-917

Tel.: (55 21) 2172-8110

Fax: (21) 2172-6236

At.: Chefe do Departamento de Energia Elétrica

E-mail: mleal@bndes.gov.br

c) Se para o xxxxx:

xxxxxxxxxx

Endereço: xxxxxxxxxxxx

xxxxxx - xx

CEP xxxxxxxx

Telefone: (55 xx) xxxxxxxx

Fax: (55 xx) xxxxxxxxxxxx

At: xxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxxx

At: xxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxxx

d) Se para a INTERVENIENTE:

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

Endereço: xxxxxxxxxxxx

xxxxxx - xx

CEP xxxxxxxx

Telefone: (55 xx) xxxxxxxx

Fax: (55 xx) xxxxxxxx

At: xxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxx

14.02. Qualquer comunicação, nos termos deste CONTRATO, será válida e considerada entregue na data de seu recebimento, conforme comprovado mediante protocolo assinado pela parte à qual for entregue ou, em caso de transmissão, por fac-símile ou correio, com aviso de recebimento.

#### **CLÁUSULA 15. FORO E EXECUÇÃO ESPECÍFICA**

15.01. Este CONTRATO é regido pela legislação brasileira e as partes elegem o foro do Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia decorrente do presente CONTRATO, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

15.02. Para os fins deste CONTRATO, os CREDITORES poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela LINTRAN.

#### **CLÁUSULA 16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.01. Este CONTRATO obriga as partes e seus respectivos sucessores e cessionários, a qualquer título.

16.02. No caso de conflito entre as disposições constantes do presente CONTRATO e as constantes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, as disposições destes últimos deverão prevalecer. Fica desde já estabelecido que a existência de cláusulas e condições específicas neste CONTRATO, que porventura não estejam descritas nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO deverão ser interpretadas como sendo complementares (e vice-versa).

As folhas do presente CONTRATO são rubricadas por Fernanda Moreira Cezar, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente CONTRATO em 6 (seis) vias de igual teor e conteúdo, nesta data e na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, de de .

**Pelo BNDES:**

\_\_\_\_\_  
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

**Pelo xxxxxxxxxxxx:**

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXX

**Pela LINTRAN:**

\_\_\_\_\_  
LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

**Pela INTERVENIENTE:**

\_\_\_\_\_  
LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Identidade:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Identidade:

CPF:

CPF:

(CONTINUAÇÃO DA FOLHA DE ASSINATURAS DO CONTRATO DE PENHOR DA  
TOTALIDADE DAS AÇÕES DE EMISSÃO DA LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES  
CLAROS S.A.)

**ANEXO 1**

CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO  
nº 12.2.0247.1 (CONTRATO DE FINANCIAMENTO BNDES)

E

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES XXXXXX Nº XXXXXX,  
(CONTRATOS DE FINANCIAMENTO XXXXXXXXXX)

## ANEXO 2

### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, a **LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, doravante denominada "**OUTORGANTE**", nomeia e constitui, de forma irrevogável e irretroatável, (i) o **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, e o (ii) o **xxxxxxxxxx**, **xxxxxx**, com sede em **xxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **xxxxxxxxxx**, conforme o disposto no CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS, doravante denominados "**OUTORGADOS**", seus procuradores, com poderes para, em seu nome, verificado o inadimplemento com relação a quaisquer das obrigações assumidas nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e observado o disposto no CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS, doravante denominado "**CONTRATO**", celebrado entre a OUTORGANTE e os OUTORGADOS, e firmado nesta data especialmente em relação à Cláusula 7.01 do CONTRATO:

- a) requisitar, mediante notificação por escrito aos devedores dos BENS EMPENHADOS ou a qualquer outra autoridade competente, que paguem, diretamente aos OUTORGADOS, quaisquer créditos decorrentes dos BENS EMPENHADOS, na forma do CONTRATO;
- b) promover a venda amigável, cessão, ou transferência em caráter oneroso dos BENS EMPENHADOS em favor dos OUTORGADOS, pelo critério do melhor preço, judicial ou extrajudicialmente, no todo ou em parte, e notificar, na forma da Cláusula 14 do CONTRATO, a OUTORGANTE, independentemente de avaliação ou de qualquer outro procedimento;
- c) praticar todos os atos necessários, inclusive firmar os respectivos contratos de compra e venda, receber valores, dar quitação e transigir, podendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações que porventura sejam necessários para a efetiva venda e transferência das AÇÕES, podendo representar as OUTORGANTES perante qualquer autoridade governamental ou terceiros, incluindo a CVM e qualquer bolsa de valores;
- d) obter todas as autorizações mencionadas na Cláusula 5.01 do CONTRATO;
- e) receber dividendos e juros sobre capital próprio, pagos em razão das AÇÕES; e
- f) utilizar o produto da excussão dos BENS EMPENHADOS no pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, nos termos do CONTRATO.

As expressões com letras maiúsculas utilizadas e não definidas no presente instrumento deverão ter os significados que lhes são atribuídos no CONTRATO.

O presente instrumento permanecerá válido e em pleno vigor até a liquidação integral de todas as obrigações da LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES

CLAROS S.A. estabelecidas nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e seus posteriores aditivos.

Rio de Janeiro,      de      de      .

**OUTORGANTE:**

---

LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

**Anexo III ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Linha de Transmissão de Montes Claros S.A. - Contrato de Compartilhamento de Garantias**



**CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS E OUTRAS**  
**AVENÇAS QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO NACIONAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E O XXXXXXXXX, NA**  
**FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, doravante denominado simplesmente “**BNDES**”, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes ao final assinados;

e

o **XXXXXXXX**, doravante denominado simplesmente “**XXXXXXXXXX**”, **XXXXX**, com sede **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXX**, por seus representantes ao final assinados;

sendo o **BNDES** e o **XXXXXXXXXX**, em conjunto, doravante denominados “**CREDORES**” ou “**PARTES**” e, individualmente, “**CREDOR**”;

**CONSIDERANDO QUE:**

1. a **LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.** (doravante denominada “**BENEFICIÁRIA**”) foi constituída para a implantação e operação do sistema de transmissão, objeto do Leilão ANEEL 05/2009, composto pela Linha de Transmissão Pirapora 2 – Montes Claros 2, com 162 km de extensão em 345 kV, e pelas subestações Itabirito 2 e Padre Fialho, todas no Estado de Minas Gerais, (doravante denominado “**PROJETO**”), cuja concessão foi formalizada por meio do Contrato de Concessão nº 003/2010-ANEEL, celebrado em 12 de julho de 2010, entre a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a **BENEFICIÁRIA**, (doravante denominado, com seus posteriores aditivos, “**CONTRATO DE CONCESSÃO**”), tendo a **BENEFICIÁRIA** celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 013/2010, em 01 de setembro de 2010 (doravante denominado, com seus aditivos, “**CPST**”);
2. para que a **BENEFICIÁRIA** execute a implantação do **PROJETO**, o **BNDES** e o **XXXXXXXX** aprovaram a concessão de crédito à **BENEFICIÁRIA** e celebraram, respectivamente, os contratos abaixo descritos (doravante denominados, em conjunto, “**CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**”):
  - 2.1 para formalizar a concessão de crédito à **BENEFICIÁRIA**, o **BNDES** celebrou, com a **BENEFICIÁRIA** o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0247.1, no valor de R\$ 123.120.000,00 (cento e vinte e três milhões e cento e vinte mil reais), de xx de xxxxx de 2012; e

- 2.2 para formalizar a concessão de crédito à BENEFICIÁRIA, o XXXXXXXX, celebrou, em XXXXXXXX, com a BENEFICIÁRIA a Escritura Particular de Emissão de Debêntures, no valor de R\$ xxxx (xxxxxx de reais), de xx de xxxxx de 2012;
- 3 Para assegurar o pontual e integral pagamento de quaisquer obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, foram constituídas, em favor dos CREDITORES, as garantias descritas na Cláusula 1 abaixo;

Resolvem as PARTES celebrar o presente CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS E OUTRAS AVENÇAS (doravante denominado simplesmente "**CONTRATO**"), que passa a fazer parte integrante e inseparável dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA 1. GARANTIAS COMPARTILHADAS**

1.01. O presente CONTRATO tem por objeto regular as relações entre os CREDITORES na hipótese de não cumprimento de obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA e pelas prestadoras das garantias em qualquer dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, bem como definir a proporção da participação de cada um dos CREDITORES no rateio dos valores que vierem a ser apurados com a execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS, conforme definição do parágrafo segundo desta cláusula.

#### **Parágrafo Primeiro**

Os CREDITORES, por este CONTRATO, declaram-se credores conjuntos, nos termos do artigo 260 do Código Civil, não solidários, da BENEFICIÁRIA, para o fim específico da execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS, conforme definição do parágrafo segundo desta cláusula.

#### **Parágrafo Segundo**

Para assegurar o cumprimento de todas e quaisquer obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, inclusive, mas não limitado às, obrigações pecuniárias, como pagamento do principal, juros, encargos, comissões, pena convencional, multas, tarifas, despesas, honorários advocatícios e outras despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução de garantias prestadas, quaisquer outros acréscimos e encargos moratórios (as "**OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**"), foram constituídas as seguintes garantias e assumidas as seguintes obrigações (as "**GARANTIAS COMPARTILHADAS**");

- i) Penhor sobre a totalidade das ações de emissão da BENEFICIÁRIA detidas pelas **LINTRAN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.** (doravante denominada "**LINTRAN**"), de acordo com os termos e condições expressos no **CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS**, celebrado, nesta data, entre os CREDITORES e a LINTRAN, com a interveniência da BENEFICIÁRIA; e

- ii) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da BENEFICIÁRIA, emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, CPST e dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, as Concessionárias de Transmissão e as Usuárias do sistema de transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão, bem como a cessão fiduciária dos direitos creditórios das contas correntes do PROJETO, quais sejam, a CONTA CENTRALIZADORA, a CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA, a CONTA RESERVA DE O&M e a CONTA SEGURADORA, de acordo com os termos e condições expressos nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e no **CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS**, celebrado, nesta data, entre os CREDITORES, a BENEFICIÁRIA e o BANCO ARRECADADOR.

## **CLÁUSULA 2. COMPARTILHAMENTO**

2.01. As GARANTIAS COMPARTILHADAS mencionadas no Parágrafo Segundo da Cláusula 1 deste CONTRATO serão compartilhadas entre os CREDITORES na proporção da participação de cada um no total financiado à BENEFICIÁRIA, conforme descrita na tabela a seguir:

CREDITORES	Forma do financiamento	Financiamento (R\$)	Proporção (%)
BNDES	Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0247.1	123.120.000,00	xxx%
xxxxxxxxxx	xxxx	xxxxxxxxxx	xxxx
TOTAL		xxxxxxxxxx	100%

### **Parágrafo Primeiro**

Todo e qualquer numerário, bem, direito ou outro benefício que qualquer dos CREDITORES venha a receber da BENEFICIÁRIA ou da LINTRAN ou de terceiros, em virtude de remição, excussão ou execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS, será partilhado entre os CREDITORES na proporção mencionada no “caput” da presente Cláusula.

### **Parágrafo Segundo**

Se, em decorrência da remição, excussão ou execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS, qualquer dos CREDITORES, eventualmente, vier a receber parcela maior do que aquela que lhe seria devida de acordo com o “caput” desta Cláusula, tal CREDOR deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado a partir do recebimento, reembolsar o outro CREDOR da diferença apurada.

### **Parágrafo Terceiro**

Eventuais pagamentos antecipados por parte da BENEFICIÁRIA ou por terceiros, com exceção dos pagamentos oriundos da(s) fiança(s) bancária(s), conforme o disposto nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, que não serão compartilhadas entre os CREDORES, observarão a proporção estabelecida no “caput” desta cláusula, a menos algum ou ambos os CREDORES renuncie a tal direito por escrito.

### **CLÁUSULA 3. MEDIDAS JUDICIAIS**

3.01. Todas as medidas judiciais relacionadas ao cumprimento e/ou ressarcimento de obrigações pecuniárias eventualmente propostas contra a BENEFICIÁRIA e/ou a LINTRAN, em razão dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, deverão ser ajuizadas com a cobrança do valor integral da dívida, conjunta ou separadamente pelos CREDORES, conforme opção destes à época, de modo que todos os valores recebidos provenientes da execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS sejam pagos a cada um dos CREDORES, de acordo com a proporção estabelecida no “caput” da Cláusula 2.

3.02. As medidas judiciais poderão ser tomadas mediante propositura de ação judicial, patrocinada, conforme opção do BNDES à época, por jurídico interno ou por escritório de advocacia para representação do BNDES, e, conforme opção do XXXXXXXXX à época, por jurídico interno ou por escritório de advocacia para representação do XXXXXXXXX.

3.05. As GARANTIAS COMPARTILHADAS serão executadas conjuntamente ou separadamente pelos CREDORES, conforme opção destes à época, em caso de decretação de vencimento antecipado dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, sem guardar ordem de preferência entre os CREDORES, conforme descrito na Cláusula 4. Entretanto, os CREDORES envidarão seus melhores esforços para buscar uma solução em conjunto.

3.06. As contas correntes do PROJETO mencionadas no Item (ii) do Parágrafo Segundo da Cláusula 1 deste CONTRATO, quais sejam, a CONTA CENTRALIZADORA, a CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA, a CONTA RESERVA DE O&M e a CONTA SEGURADORA serão acessadas, nessa ordem, sem a necessidade de decretação de vencimento antecipado dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, mediante o simples inadimplemento da BENEFICIÁRIA ou das prestadoras da garantia, nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA sendo que a CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA será para pagamento exclusivo dos inadimplementos decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO.

3.07. Após a decretação de vencimento antecipado dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, a totalidade dos recursos depositados nas contas mencionadas no Item (ii) do Parágrafo Segundo da Cláusula 1 deste CONTRATO será compartilhada na proporção estabelecida na Cláusula 2.

### **CLÁUSULA 4. DISTRIBUIÇÃO DE VALORES ARRECADADOS DA EXECUÇÃO**

4.01. Até a liquidação total da dívida decorrente dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, os valores arrecadados com a execução de qualquer uma das GARANTIAS COMPARTILHADAS deverão ser rateados sem preferências ou prioridades entre os CREDITORES, na proporção estabelecida no “caput” da Cláusula 2, quanto a cada um dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO na data do rateio, observado ainda o seguinte:

- a) primeiramente, deverão ser pagas todas as despesas incorridas com a execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS. Ainda que tais despesas tenham sido pagas proporcionalmente por cada um dos CREDITORES, elas devem ser levadas em consideração para essa apuração;
- b) em seguida, deverão ser distribuídos entre os CREDITORES de acordo com o saldo devedor de cada um dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, apurado nos termos dos referidos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; e
- c) finalmente, o saldo que remanesça será creditado em favor da BENEFICIÁRIA.

#### **CLÁUSULA 5. AUSÊNCIA DE RENÚNCIA OU NOVAÇÃO E ADITAMENTOS**

5.01. A renúncia a direitos e o aditamento das disposições deste CONTRATO somente serão válidas se acordadas por escrito pelas PARTES.

5.02. Nenhuma ação ou omissão de qualquer dos CREDITORES importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes deste CONTRATO.

5.03. Os direitos e recursos previstos neste CONTRATO são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA 6. AUTONOMIA DAS CLÁUSULAS E TERMOS DEFINIDOS**

6.01. Se qualquer item ou cláusula deste CONTRATO vier a ser considerado ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes, na forma do que dispõe o artigo 184 do Código Civil.

6.02. As PARTES desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, item ou cláusula que, conforme o caso, venha substituir o item ou cláusula eventualmente declarada ilegal, inexecutável ou ineficaz, devendo ser considerado o objetivo das partes na data de assinatura deste CONTRATO, bem como o contexto no qual o item ou cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz foi inserido, observando-se, em qualquer hipótese, os princípios contratuais da probidade e da boa-fé.

6.03. Todos os termos no singular definidos neste CONTRATO deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. Termos iniciados ou grafados com letra maiúscula cuja definição não conste deste CONTRATO terão os significados dados a eles nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO.

## **CLÁUSULA 7. SUCESORES**

7.01. O presente CONTRATO obrigará tanto os CREDORES quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

## **CLÁUSULA 8. CESSÃO**

8.01. No caso de cessão por qualquer CREDOR de seu crédito nos termos dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, sujeita à prévia e expressa anuência do outro CREDOR, o novo CREDOR aderirá automática e integralmente às disposições deste CONTRATO, sub-rogando-se os direitos e obrigações, conforme alterado, se for o caso, passando então a ser considerado um “CREDOR” para todos os fins de direito e ficando, portanto, sujeito às mesmas regras e condições.

## **CLÁUSULA 9. VIGÊNCIA**

9.01. O presente CONTRATO entra em vigor nesta data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o cumprimento integral de todas as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, nos termos dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO.

## **CLÁUSULA 10. NOTIFICAÇÕES**

10.01. Qualquer comunicação relacionada a este CONTRATO deverá ser feita por escrito e entregue por correspondência registrada, correio eletrônico, via fac-símile ou ao portador, para o endereço, e-mail ou número de fax abaixo indicado, ou para outro endereço que as partes fornecerem, por escrito, às demais partes:

a) Se para o BNDES:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Endereço: Avenida República do Chile, nº 100, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20031-917

Tel.: (55 21) 2172-8110

Fax: (21) 2172-6236

At.: Chefe do Departamento de Energia Elétrica

e-mail: mleal@bndes.gov.br

b) Se para o xxxxx:

xxxxxxxxxx

Endereço: xxxxxxxxxxxx

xxxxxx - xx

CEP xxxxxxxx

Telefone: (55 xx) xxxxxxxx

Fax: (55 xx) xxxxxxxxxxxx

At: xxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxx

10.02. Todas e quaisquer notificações, instruções e comunicações nos termos deste CONTRATO serão válidas e consideradas entregues na data de seu recebimento, conforme comprovado mediante protocolo assinado pela parte à qual for entregue ou, em caso de transmissão, por fac-símile, correio eletrônico ou correio, na data do respectivo aviso de recebimento.

### **CLÁUSULA 11. FORO**

11.01. As PARTES elegem o foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado ou especializado que seja, como o competente para dirimir toda e qualquer controvérsia decorrente do presente CONTRATO.

As folhas do presente CONTRATO são rubricadas por Fernanda Moreira Cezar, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente CONTRATO, em caráter irrevogável e irretratável, em 2 (duas) vias de igual teor e conteúdo, na presença de duas testemunhas adiante assinadas.

Rio de Janeiro,      de                      de                      .

**Pelo BNDES:**

---

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

**Pelo xxxxxxxxxxxx:**

XXXXXXXXXX

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Identidade:

CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Identidade:

CPF:

(CONTINUAÇÃO DA FOLHA DE ASSINATURAS DO CONTRATO DE  
COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS E OUTRAS AVENÇAS ENTRE  
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL –  
BNDES E O XXXXXXXXX)